



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0409/12	DATA: 24/04/2012
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 17h58min	DURAÇÃO: 03h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h12min	PÁGINAS: 71	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY – Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.
PAULO ROBERTO CARDOSO – Coronel, do Ministério da Defesa.
DENÍLSON FEITOZA – Pós-Doutor em Inteligência, Segurança e Direito.
RONALDO CARMONA – Sociólogo e estudioso da USP.
WELLINGTON SOARES GONÇALVES – Delegado da Polícia Federal.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *o que o Serviço de Inteligência no País considera grandes eventos.*

OBSERVAÇÕES

Há palavras ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Perpétua Almeida) - Boa tarde, senhoras e senhores, nossos convidados.

Dando continuidade à discussão de hoje sobre a Política Nacional de Inteligência, o tema da audiência pública desta tarde é a percepção que nossos serviços secretos e setores da sociedade civil têm acerca das ameaças ao Brasil e aos interesses nacionais.

Certamente, teremos a oportunidade de entender um pouco mais sobre a vulnerabilidade e os riscos por que passam o nosso País e a sociedade brasileira, neste mundo marcado pela instabilidade e pela violência nas relações internacionais.

O presente evento encontra-se entre as iniciativas da Comissão Mista do Congresso Nacional de controle das atividades de inteligência, para melhor compreender o aparato de segurança e inteligência do Estado brasileiro, de modo a tornar o controle externo mais eficaz, mais eficiente e efetivo.

Vale lembrar que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara é uma das parceiras deste evento e que diversos Parlamentares e os convidados presentes já estiveram hoje pela manhã em uma mesa-redonda, com a participação de quatro palestrantes, onde debatemos sobre os serviços de inteligência brasileira em grandes eventos, com mais destaque para a Rio+20, próximo evento internacional que o Brasil vai realizar, para a Copa das Confederações, para a Copa do Mundo, para as Olimpíadas e ainda para a Jornada da Juventude, que deverá reunir o maior número de participantes, inclusive estrangeiros. A Jornada da Juventude contará com cerca de 4 milhões de participantes, com pelo menos 3 milhões de estrangeiros.

Desde já quero agradecer a todos, inclusive aos nossos convidados, a presença.

Convido para compor nossa Mesa o Dr. Luiz Alberto Santos, Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; o Coronel Paulo Roberto Cardoso, do Ministério da Defesa; o Dr. Denílson Feitoza, Pós-Doutor em Inteligência, Segurança e Direito. Estamos aguardando o representante da Polícia Federal que, segundo nos informaram, está a caminho. Convido também o Sr. Ronaldo Carmona, sociólogo e estudioso da USP.



Lembro aos nossos palestrantes e participantes desta mesa-redonda que vamos ouvir suas opiniões e fazer o debate sobre as ameaças ao Brasil e à nossa soberania.

V.Sas. terão o prazo de 25 minutos a 30 minutos, se houver necessidade de usar todo o tempo. Depois, vamos passar para o debate com os Parlamentares.

Vamos começar, então, pelo representante da ABIN, o Sr. Luiz Alberto Santos.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY - Boa tarde a todos!

Em primeiro lugar, quero agradecer à nossa Deputada Perpétua Almeida pelo convite, que muito nos honrou, para participar desta mesa-redonda e dizer que esse tipo de iniciativa nos alegra bastante. Por quê? Porque essa é uma temática árida. A atividade de inteligência é algo que transita muitas vezes de uma forma não adequada no inconsciente coletivo. É uma atividade que não se tem um conhecimento mais largo por parte da população e é uma temática que não é uma prerrogativa apenas dos órgãos de inteligência. No mundo moderno, nada é prerrogativa apenas de um setor, de uma unidade, de um grupo, de um segmento. E me parece muito bom que assim o seja. Por quê? Porque todos nós que estamos aqui fazemos no nosso dia a dia, sempre, o melhor trabalho que nós imaginamos que podemos fazer.

Então, se nós nos retroalimentarmos sempre daquilo que as nossas instituições produzem certamente vamos achar que estamos fazendo o melhor trabalho do mundo, que somos os melhores naquele tipo de assunto.

Então, é muito importante que a gente possa ouvir opiniões divergentes daquilo com que nós trabalhamos, chocar com a academia, chocar com o meio político, chocar com a sociedade civil, chocar com o meio militar, chocar com todos atores que possam de alguma forma fazer com que haja uma reflexão mais profunda daquilo que estamos fazendo e corrigir nossos rumos ou fortalecer o rumo daquilo que estamos discutindo.

Hoje, inclusive, pela manhã, o nosso companheiro, Diretor do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência, conversou com os senhores e com as senhoras um pouco sobre as atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência nos grandes eventos, especialmente as relacionadas à Rio+20.



Esperamos nós hoje, tendo em mente o que eu estou dizendo, que ninguém, nenhuma instituição tem a receita do bolo, a verdade absoluta, porque o chegar à verdade ou o mais próximo da verdade é um processo que está no somatório das competências. Se eu pedisse, só para dar um exemplo, para a nossa Deputada me descrever, e ela está do meu lado esquerdo a cerca de 80 centímetros de mim, e pedisse para o nosso palestrante que está à minha direita para fazer a mesma descrição, e ele está aos mesmos 80 centímetros de mim, certamente, a descrição da Deputada seria diferente, distinta, da descrição do nosso companheiro à esquerda. Por quê? Porque eles observam esse mundo, que é real, sob uma perspectiva diferente.

Então, o somatória dessas perspectivas dos órgãos que trabalham com a temática é que vão nos dar uma possibilidade de chegar um pouco mais próximo dessa realidade.

Por isso, Deputada, louvo sua iniciativa e exorto a todos que estão aqui presentes que nos perguntem, e a pergunta é livre. Eu costumo dizer que 5% apenas na atividade de inteligência têm um grau de sigilo elevado, os nossos métodos, processos e fontes; o restante, 95%, está livre para debate e deve ser debatido intensivamente.

Então, após esta introdução, queremos dar início à nossa exposição com uma pequena apresentação para contextualizar o mundo que estamos conversando, visto que estamos percebendo e avaliando neste primeiro momento, do ponto de vista da Agência Brasileira de Inteligência, a situação da atividade de inteligência no Brasil de hoje.

Dentro desse contexto, temos alguns ingredientes que formam essa realidade. Trouxemos um conjunto de fatores que nos darão, nos próximos 25 minutos, uma noção desse ambiente, dessa atividade. Existe um ambiente intenso de disputas econômicas, comerciais e científico-tecnológicas em todo o mundo e que não geram, claro, convergência entre instituições, sejam elas de qualquer natureza. Esse tipo de competição é inerente ao processo. Esta é uma área de competição, uma área competitiva, onde os Estados buscam uma liderança em âmbito internacional.



Temos, ainda, assimetrias fortes de poder e novos conflitos étnicos e religiosos que têm dominado a cena internacional e a cena regional, especialmente em algumas áreas do mundo. Isto tem imposto reações de algumas organizações criminosas, com matizes diferentes, tanto em relação à forma do crime que cometem, como os objetivos principais desses crimes. Além disso, vale ressaltar as disputas por áreas marítimas, pelo domínio aéreo espacial e por fontes de água e energia.

Por aí os senhores vão vendo a construção de um cenário internacional, onde o Brasil é um ator ativo e importante em todas essas áreas. Por quê? Porque desenvolve tecnologia, tem capacidade de geração, tem estoques importantes em algumas áreas, por exemplo, como água.

Temos, também, como fatores dessa realidade, a imprevisibilidade de alguns Estados na cena internacional. Essa forma de atuação imprevisível gera a necessidade de um tipo de ação muito rápida dos gestores de alto nível dentro dos nossos Estados; ameaças transnacionais importantes, e essas, sim, em tais áreas, onde os países não competem, mas convergem seus interesses. Por quê? Porque são tipos de crime em que os Estados de per si não têm como se assenhorar, dar tranquilidade maior a suas nações e proteger convenientemente seus ativos.

Nos últimos anos, temos visto e experimentado em relação ao terrorismo, ao crime organizado e à proliferação de armas de destruição em massa — três temáticas de ampla convergência e de cooperação — certa interdependência entre países e vulnerabilidade frente a crises internacionais, em maior ou menor grau. O Brasil, inclusive, graças a um esforço bastante importante do nosso Governo, nos últimos anos, tem transitado de uma forma um pouco mais segura por essas áreas, mas exigido também um cuidado e um acompanhamento bastante constante por parte de todos os entes, no sentido de gerar e trazer informações, para que o alto nível do processo decisório nacional tome suas decisões. Quase esquecemos o último item, um item adicional no nosso contexto: demandas por fronteiras.

Qual é a consequência de todo esse contexto? É a exigência de que a ABIN e os órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência atuem cada vez de forma mais coordenada, mais aprofundada, no sentido de antever riscos e oportunidades à sociedade e ao Estado brasileiro.



Este é um ponto importante que devemos mencionar e registrar de uma forma mais evidente. A atividade de inteligência não se ocupa só de ameaças. A atividade de inteligência se ocupa também de oportunidades. É um binômio tradicional de ocupação. Só que, pelas características intrínsecas do seu trabalho, normalmente a dá-se maior ênfase ao ramo das ameaças. Mas a questão vinculada à oportunidade, especialmente num país como o nosso, que hoje atinge o sexto lugar em termos de economia neste mundo globalizado, persiste como tema e como reflexão bastante profunda dentro do serviço.

O que é hoje esta percepção da realidade da nossa atividade de inteligência?

Dentro do contexto que foi colocado anteriormente, os senhores viram que não é um órgão que tem a capacidade de per si, hoje, de gerar todo o tipo de informação de que o alto nível do processo decisório nacional — que tem como principal cliente da atividade a Presidente da República — necessita, seja interna, seja externamente. Ou seja, hoje nós contamos, dentro da Agência Brasileira de Inteligência, com o Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência, onde nós temos a presença diária de vários dos 26 parceiros que fazem parte desse sistema dentro do nosso órgão. Nós temos uma capacidade de interlocução bastante forte, bastante direta, porque eles estão fisicamente presentes dentro da nossa Agência.

Esse é o prédio onde funciona o Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência, cujo diretor, reforço, esteve aqui, hoje pela manhã, falando sobre grandes eventos.

Só para os senhores terem uma ideia, nós temos uma sala de situação, onde se reúnem, com a periodicidade necessária para atender a demandas de toda ordem e de todos os escalões do nosso País, representantes desse serviço, e ali as informações e as necessidades são geradas; depois são trazidas e repassadas aos outros escalões.

E temos, ainda, a Agência Brasileira, com três representações no exterior e 26 agências em todo o território nacional. Temos contato com mais de 80 serviços de inteligência ao redor do mundo.

Isso é apenas um pequeno *briefing* das relações que nós temos ao redor do mundo para tratar da temática. É claro que, dentro dessas dezenas de serviços de



inteligência, nós temos alguns serviços — inclusive estou vendo aqui, na nossa reunião, a representante do serviço argentino. Seja muito bem-vinda. Nós temos representantes que são mais próximos e representantes que, quando há uma necessidade mais específica, que nós precisamos gerar um tipo de dado que a nossa capilaridade não consegue alcançar, atuam conosco em parceria. Para isso servem as parcerias, para isso servem os trabalhos conjuntos com os nossos parceiros de inteligência.

E nós temos aqui, desenhadas para os senhores, algumas dessas relações. Isso é só — repito — um pequeno exemplo das dezenas de ligações que nós temos. Estamos utilizando hoje, intensivamente, a exemplo dos órgãos integrantes do SISBIN, essas parcerias com serviços de inteligência estrangeiros.

E é neste contexto que se dão, hoje, as percepções de como a atividade de inteligência está andando, está evoluindo positivamente. Poucos anos atrás não era assim; o cenário era muito diferente; as desconfianças prevaleciam. E isso não é uma questão inerente apenas ao nosso País. O não compartilhamento de informações está dando acesso a um novo modelo de trabalho, e muito pela decisão, no ano passado, da nossa Presidente, de tomar uma linha de trabalho que impôs que as nossas áreas de fronteira tivessem um trabalho mais intensivo por parte do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa e que um trabalho de inteligência mais profundo fosse feito para subsidiar as ações de repressão que seriam feitas na chamada Operação Ágata, que ocorreu no decorrer de 2011, por decisão da Presidente da República, e continuará a ocorrer ainda neste ano.

Ali nós começamos a aprender que os dados de (*ininteligível*) não são a solução para nenhuma instituição. Colocar todos os dados disponíveis no mesmo cesto, cada um dentro da sua competência institucional, e utilizá-los da melhor forma para o seu trabalho, dentro da sua competência institucional, é a forma como o País pode efetivamente caminhar no sentido de não ser surpreendido por vários tipos de crime que ocorrem. O somatório de informações que existe em cada órgão é que vai dar ao Estado a capacidade de se contrapor àquele crime.

Nós estamos começando a exercitar isso de forma mais intensiva. E eu me vejo, já próximo de me aposentar, mas com muita alegria — com muita alegria! — começando a construir um legado no sentido de que a área de inteligência não pode



ser competitiva; de que as vaidades pessoais e institucionais não podem prevalecer sobre o resultado que o Estado e a Nação esperam de cada um de nós, como gestores dessas atividades, em qualquer nível, senhores. Não é só no nível das direções, mas em qualquer nível das nossas instituições. É nesse contexto que nós vemos, hoje, esse trabalho com os serviços de inteligência estrangeiros e com os serviços que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência.

A segunda parte do nosso trabalho está dentro deste contexto todo. Ou seja, do ponto de vista da Agência Brasileira de Inteligência e de um trabalho que foi feito durante 2 anos por vários órgãos do Sistema e que definiu a Política Nacional de Inteligência, ou pelo menos uma proposta de Política Nacional de Inteligência, é que nós construímos as principais ameaças e vulnerabilidades a que entendemos estar o Brasil submetido.

Esse trabalho foi bastante árduo, bastante difícil. Ele foi submetido ao nosso Presidente Lula no final do seu mandato. No último ano do mandato do Presidente Lula, S.Exa. encaminhou esse trabalho a esta Casa, para que fosse debatido, para que fosse aprimorado, para que sugestões fossem feitas. E assim foi feito, Sra. Deputada, de uma forma bastante importante, no texto do projeto. Depois disso, o texto retornou a nossa Presidente, com quem está hoje. Esperamos nós que, num prazo de tempo que seja o adequado, na visão da nossa mandatária, nós tenhamos essa Política Nacional de Inteligência aprovada, a fim de dar um rumo mais efetivo a este trabalho.

Mas algumas questões que permeiam essa política hoje nos causam maior preocupação, como ameaças inerentes ou mais importantes no contexto imediato e no futuro próximo do nosso País.

A primeira ameaça, sem ordem de importância ou de prioridade, são a espionagem e a sabotagem, questões típicas e afetas à atividade de inteligência e que hoje são de muito difícil tratamento. Entidades estrangeiras atuam em nosso País — sejam elas não governamentais, sejam estatais — realizando todo tipo de trabalho no ramal daquilo que não é convergência, mas objeto de competição entre os países.

Então, a atuação dessas organizações merece um trabalho bastante grande dos órgãos de inteligência. Por quê? Porque são eles que têm a *expertise* para



identificar o trabalho que está sendo feito e tentar uma ação de contraespionagem ou de contrassabotagem.

Esta é uma área diretamente ligada aos órgãos de inteligência, e nossa percepção é a de que é uma ameaça ao nosso País.

O terrorismo internacional. Desde o descobrimento, nos primeiros 500 anos da nossa vida política nacional, não houve qualquer atentado terrorista em nosso País. E o nosso País, a nossa Nação não é alvo prioritário do terrorismo internacional. Todavia, diferentemente de qualquer outro momento da História do nosso País, a partir do início deste ano tem havido uma convergência de astros que aponta para uma situação absolutamente peculiar e nova no nosso território: cinco grandes eventos, como já foi mencionado pela Deputada, no início da sua fala, vão transcorrer no Brasil e vão colocar o País numa linha de ineditismo mundial sem precedentes. Nenhum outro país experimentou situação semelhante. E também encontramos uma situação diferente, no contexto internacional, relacionada a alguns objetivos de organizações terroristas que, juntados às vulnerabilidades que nós temos, seja na nossa área de logística interna, seja de todo o tipo de controle em diversas áreas, tornam a probabilidade de um evento desse gênero no Brasil maior do que a existente em qualquer momento da vida nacional, nos 500 anos passados.

Não estou dizendo que o Brasil, a partir de agora, é alvo de um atentado ou de uma organização terrorista, mas a probabilidade de que isso venha a ser tentado ou de que possa ocorrer no nosso País, nos próximos 4 anos, não tem precedentes.

Portanto, o que é absolutamente necessário? Que todos nós tratemos essa questão, sejamos nós cidadãos, lideranças, chefias intermediárias, alta chefia do Governo ou de entidades públicas ou privadas, como se o Brasil de fato fosse o principal alvo, para que não sejamos surpreendidos com uma ação do amigo do alheio nessa área.

Então, repito: não estamos transmitindo nenhuma mensagem alarmista, nem afirmando que há uma grande probabilidade de isso acontecer. Só estamos, reitero, dizendo que, dentro do contexto atual, não houve e não há referência a um momento em que seja mais propícia a realização de um tipo de atentado ou tentativa em nosso País. E estamos trabalhando muito forte com relação a isso.



Esta, sim, talvez seja percebida pela nossa população e pelos nossos gestores, agentes públicos de alto nível, como a principal ameaça à nossa sociedade. E é normal que seja assim, porque é, de fato, o que reflete no nosso dia a dia de forma mais intensiva. Por conta disso, nos grande eventos que teremos pela frente haverá necessidade de um trabalho muito integrado, muito firme, para que eventuais decisões dessa área não venham a comprometer o sucesso dessas empreitadas. E eu tenho certeza de que ocorrerá dessa forma, porque estamos trabalhando, tanto na área de repressão como na de inteligência, de forma muito ativa e muito próxima.

Ataques cibernéticos. Essa é uma temática nova. É uma temática que vários entes criminosos estão tentando utilizar de forma mais intensiva.

Para os senhores terem uma ideia da importância disso, pretende-se que a Rio+20, por exemplo, seja um evento praticamente virtual, sem a distribuição de papel. Vejam o risco que significa, por exemplo, para o sucesso de uma empreitada dessa, o fato de um ator de qualquer natureza realizar um ataque cibernético a esse evento.

Interferência externa. Nós temos todo o tipo de interferências externas aqui dentro. Como eu disse aos senhores, a atuação estrangeira na área competitiva, às vezes, é pouco ortodoxa. Então, por exemplo, o Brasil é, hoje, o maior produtor individual de soja do mundo. Há alguns anos, não era. Isso começa a incomodar alguns parceiros, alguns competidores em âmbito internacional. Assim, por exemplo, a inclusão de uma praga, como a vassoura-de-bruxa, nas plantações de cacau, que destruiu a proeminência do Brasil nessa área produtiva há alguns anos, pode se repetir. Em algumas outras áreas, a inserção desse tipo de praga pode quebrar algum setor brasileiro importante e gerar dificuldades para que o Brasil continue nesse processo de uma maior liderança internacional, não por imposição, mas por ter uma situação melhor e uma capacidade maior de geração de melhorias na área de desenvolvimento científico e tecnológico e em áreas de diferentes matizes.

Portanto, em muitas áreas há possibilidades de interferência externa. Podemos conversar sobre isso durante os debates.

Comércio de bens e tecnologias sensíveis e armas de destruição em massa. Essa é uma questão extremamente séria, extremamente árida, e a sociedade não



conhece os riscos inerentes a essa área, que movimentam bilhões de dólares por ano. Ou seja, refletem diretamente no nível de emprego dos nossos filhos, dos nossos netos. As senhoras não devem ter netos ainda, mas certamente os homens de cabelos brancos aqui dentro têm netos e sabem como isso está refletindo negativamente na capacidade de geração de empregos e de geração de divisas para o nosso País.

A corrupção é outro mal endêmico, não só do nosso País. E os senhores podem perguntar se a inteligência de Estado se ocupa com essa questão. Não. Nós estamos falando de algumas percepções que estão concentradas no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. E a corrupção não é uma área de que a Agência Brasileira de Inteligência se ocupe diretamente. Por quê? Porque não possui nem os mandatos, nem a atribuição legal para isso. Mas a Polícia Judiciária, que faz parte do Sistema Brasileiro de Inteligência, se ocupa prioritariamente desse tipo de ameaça.

Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito. Tudo o que é dentro da lei, tudo o que é legítimo, tudo o que é democrático, tudo o que é ação de qualquer organização, seja ela governamental ou não, brasileira ou não, que atue legitimamente dentro do nosso País, é absolutamente normal. Tudo aquilo que extrapolar o que está previsto no Estado Democrático de Direito, principalmente as garantias e os direitos individuais, a liberdade à iniciativa privada, a crença política, a liberdade de ir e vir, a propriedade pública e privada, passa a ser de interesse da atividade de inteligência — às vezes, não necessariamente da atividade de inteligência de Estado, mas certamente de outros tipos de inteligência que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Quanto às ações contrárias à soberania nacional, o tópico é autoexplicativo. Não é só um ente neste País que se preocupa com essa questão, com essa ameaça; vários setores o fazem, e, entre eles, a atividade de inteligência do Estado, que é o caso da Agência Brasileira de Inteligência, que se ocupa da temática.

O trabalho inadequado da atividade de inteligência e dos órgãos governamentais nessa área pode gerar todo tipo de reflexo negativo ao nosso País. E aqui atrás temos um rol de áreas em que, fruto daquele cenário inicial que nós



colocamos e das ameaças percebidas pela atividade de inteligência, o não trabalho adequado pode gerar várias consequências para nosso País.

Essas aqui são algumas das consequências negativas que poderão ser geradas ao nosso País. Os senhores entenderem o nível de complexidade do trabalho, a necessidade desse entrelaçamento e como esse tipo de atividade que está sendo realizado aqui é absolutamente importante para que possamos compartilhar as nossas ideias, divergir nas nossas opiniões, mas apontar para um caminho em que o Estado brasileiro e a sociedade brasileira possam estar mais protegidos de todo o tipo de intempéries a que estamos sujeitos.

Outra temática que nos ocorre agora é a melhoria nas condições de atuação dos órgãos de inteligência dentro de um ambiente democrático. Essa é uma temática extremamente complexa, difícil e que, em vários momentos já foi discutida, inclusive nesta Casa. Mas nós não poderíamos, Sra. Deputada, deixar passar esta oportunidade, já que esta é uma Casa de ideias, uma Casa legislativa, uma Casa onde se aprimora o processo pelo qual este País pode lidar com as questões mais reais do seu dia a dia, transformando realidade em alguma coisa legal, que facilite o trabalho de todos nós. Então, permitam-me trazer de novo essa questão a esta discussão.

O primeiro item é: novos instrumentos e mandatos legais para aumentar a efetividade dos trabalhos de inteligência.

Quando nós falamos em novos mandatos, estamos falando de algumas prerrogativas para que órgãos de inteligência possam ter acesso sempre, mediante um rigor jurídico bastante grande, a determinados dados. A falta de mandato impede que esses órgãos tenham acesso a esse tipo de informação, principalmente na área de contraespionagem e de contraterrorismo, onde há estruturas absolutamente profissionais que atuam no nosso País e que, em muitos momentos, nós não conseguimos ir além de enxergar o trabalho que está sendo feito.

Outros tipos de mandato, por exemplo, referem-se ao excludente de ilicitude — esse é o termo jurídico —, que garante ao agente estatal uma atuação mais intensiva, sem que os rigores da lei sejam aplicados àquele agente, no momento em que ele está numa ação em que o Estado... O excludente de ilicitude é um novo mandato.



Estou citando algumas pequenas coisas que são utilizadas nas democracias mais consolidadas do mundo em benefício do Estado e sob irrestrito rigor da área judicial e sob controles rígidos também nesses países. É uma temática sobre a qual eu só queria deixar um registro.

E a terceira questão é uma dotação orçamentária adequada. Nós temos, principalmente a Agência Brasileira de Inteligência, um orçamento muito pouco adequado à realidade e às necessidades institucionais, especialmente se o compararmos ao de alguns serviços parceiros, inclusive o serviço argentino, que está aqui representado. A diferença entre o nosso orçamento e o dessas instituições é absolutamente impensável, se formos colocar isso na mesa.

Ou seja, precisamos de uma discussão mais efetiva sobre o tema, para vermos que, num País como o nosso, com a importância e o crescimento que apresenta, que precisa de um apoio mais intensivo da atividade de inteligência, em todos os níveis, a ABIN e outros órgãos que atuam na área têm dotações orçamentárias absolutamente insuficientes.

E, finalmente, destaco a necessidade de ampliarmos a capacidade de recrutamento de pessoas para trabalhar na atividade, fora do concurso público, como ocorre em qualquer outro país. Afinal, existem formas de recrutamento que também constituem um processo seletivo, mas não implicam necessariamente a realização de concurso público. Nós não defendemos a ideia de que o concurso público seja extinto; muito pelo contrário, achamos essa uma forma de recrutamento adequada. Mas gostaríamos que, em situações excepcionais, houvesse uma capacidade excepcional para que esses serviços pudessem fazer esse recrutamento, principalmente de forma temporária.

Finalizando, vou falar um pouco sobre o controle da atividade de inteligência no País.

Sra. Deputada, a lei que instituiu o SISBIN e criou a ABIN tramitou nesta Casa durante 27 meses, antes da sua aprovação, em 1999. Essa lei foi proposta pela Agência Brasileira de Inteligência, e o controle da atividade de inteligência foi proposto, nessa lei, pela Agência Brasileira de Inteligência.

Então, nós reputamos da mais alta importância que a atividade de inteligência tenha um controle efetivo de todos os Poderes da República, como nós temos



controle do Poder Legislativo, por intermédio desta Casa, desta Comissão, do TCU; do Poder Executivo, por intermédio da CGU — no caso da ABIN, por intermédio da Ciset. Assim, nos interessa bastante que esta Comissão tenha a sua regulamentação, o seu Regimento de fato finalizado, para que possamos compartilhar com esta Comissão os controles que são necessários e importantes para legitimar a nossa atuação.

Essas são algumas coisas importantes que eu queria dizer.

Quero ainda informar que, além de tudo, também por decisão da ABIN, foram criadas dentro da Agência uma Ouvidoria, uma Corregedoria e uma Assessoria de Controle Interno, todos órgãos de controle interno da nossa instituição.

Quero mais uma vez agradecer. Acho que acabei extrapolando em 5 minutos o meu tempo. A senhora me perdoe, mas o tema, às vezes, impõe uma fala um pouco mais longa.

Muito obrigado a todos. Estamos dispostos a responder qualquer pergunta.

AS SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. Luiz Alberto.

Nós deixamos V.Sa. falar além do tempo por conta da importância do tema e do tempo que faz que o Congresso não debate o assunto. Por isso, temos a paciência necessária com os nossos expositores.

Acabou de chegar um dos nossos expositores, o Delegado Wellington Soares, que aqui representa a Polícia Federal. Peço-lhe que se sente à mesa — vamos nos apertar um pouco.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Uma questão de ordem.

AS SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Estou um pouco preocupado com o andamento dos nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, lamento o comparecimento de apenas um pequeno número de Sras. e Srs. Parlamentares a uma audiência dessa importância.

Em segundo lugar, estou vendo que, pelo andar da carruagem, ainda haverá umas duas horas e meia de trabalho. Hoje temos uma pauta bastante carregada, com uma série de atividades. Já começa a chegar o meio da tarde e, no Parlamento, uma série de outros compromissos surgem também. Então, pergunto à Sra.



Presidenta se existe alguma forma de darmos um pouco mais de agilidade ao processo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Pediríamos aos nossos expositores para, se conseguirem, usarem um tempo menor, de 15 ou, no máximo, 20 minutos, o que nos ajudaria.

Estamos quebrando a regra do Congresso nos últimos anos, que é não realizar atividades maiores nas terças e quartas. Normalmente, na terça-feira à tarde funciona muito o Plenário, e tudo acontece nas audiências da quarta. Nós quebramos essa regra, porque achamos necessário, importante fazer isso. Deu certo hoje pela manhã, quando houve uma grande audiência pública. Esta de agora também. Nós vamos tocando. Quando começarem as votações, veremos como faremos. Daqui a pouco, vou ter que dar uma saída para ir ao Senado, porque tenho que falar na recepção a vários alunos da academia que estão na Comissão de Relações Exteriores. Talvez o Deputado Sirkis ou outro Parlamentar que chegue possa ficar no meu lugar. Mas vamos fazer transcórrer este debate, porque o Congresso Nacional está em débito com a sociedade com relação ao debate acerca de inteligência.

Queria passar a palavra ao Coronel Paulo Roberto, que aqui representa o Ministério da Defesa.

O SR PAULO ROBERTO CARDOSO - Deputada Perpétua Almeida, é com grande honra que aqui comparecemos, representando o Ministério da Defesa, em continuidade aos trabalhos desenvolvidos na parte da manhã nesta jornada.

Quero ressaltar a importância deste evento, que, como não poderia deixar de ser, tem a participação de ilustres companheiros. Ao observar a seleta plateia que hoje nos prestigia, verifico que falar para ela é muito simples. Então, eu vou atender à solicitação do ilustre Deputado Alfredo Sirkis e serei bem objetivo.

Esta plateia que hoje prestigia este evento, além das pessoas que compõem a Mesa, representa efetivamente aqueles que conduzem o Sistema Brasileiro de Inteligência, nos seus diversos órgãos. Desta forma, quero só recordar as suas palavras, Deputada, ditas hoje pela manhã, quando ressaltou que este é o terceiro evento desta natureza. Quero crer que o primeiro tenha sido o seminário realizado em 2000 pelo então Deputado Aldo Rebelo. Acredito que algumas das



personalidades, algumas das autoridades que aqui se encontram tenham participado desse momento ímpar da nossa atividade de inteligência, com debates amplos e profícuos.

Em 2009, não tive a oportunidade de comparecer. Este evento, certamente, é de extrema importância, porque ocorre no momento em que estamos convivendo com uma série de eventos de relevada importância para o País e — por que não dizer? — para todos os povos do mundo.

Desta forma, acredito que os atos legislativos que foram estabelecidos a partir de 1999 permitiram que estivéssemos nesta Casa, neste momento, para tratar deste assunto. Cito a lei propriamente dita que criou o sistema e o decreto que criou o subsistema de inteligência e segurança pública.

Verifico na plateia alguns integrantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que muito prestigiam os eventos da atividade de inteligência. As portarias ou atos normativos permitiram, por si só, o controle das nossas atividades, seja no âmbito dos nossos órgãos ou até mesmo a lei que criou, como bem disse o Dr. Sallaberry, o controle dessa atividade.

Dessa forma, para ser bem objetivo, cito o Sistema de Inteligência de Defesa na sua participação de acompanhamento das atividades que ocorrem num ambiente externo e interno. Por força da lei que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, nós, como órgão que temos a capacidade de produzir conhecimento, estamos integrando essa atividade, desde a instituição desse Sistema.

O Sistema de Inteligência de Defesa é conduzido, coordenado pelo Ministério da Defesa e tem como órgão central a Subchefia de Inteligência Estratégica. Nesta atividade participam órgãos do Comando da Marinha, do Comando Exército e do Comando da Força Aérea. Nesta atividade, com base num plano de inteligência e defesa, acompanhamos tanto o ambiente externo quanto o interno, para que possamos observar, ressaltar as ameaças e, porque não dizer também, Dr. Sallaberry, as oportunidades.

Assim, procuramos assessorar o Ministro da Defesa, avaliando as conjunturas nos âmbitos internacional e interno. Por que fazemos isso? Para ficarmos em condições de empregar, caso seja necessário, as Forças Armadas. Dessa forma, fomos solicitados a empregar as Forças Armadas em benefício da sociedade em



relação aos desastres naturais, que também são uma ameaça que devemos registrar que paira sobre todos nós. Assim o fizemos não só aqui no Brasil, nos eventos que alcançaram o Rio de Janeiro, mas também no país vizinho, a Bolívia, porque fomos solicitados a apoiar, e fizemos isso com base efetiva da Força Aérea no apoio logístico e de aeronaves à população que sofreu esse incidente, ou acidente, naquela oportunidade, atingindo os anseios da população carente num país vizinho, fronteiro ao nosso.

Eu poderia citar aqui outros exemplos, até mesmo no que diz respeito ao episódio da participação da Força de Pacificação no Complexo do Alemão, que os senhores certamente estão acompanhando nos noticiários e estão verificando os êxitos alcançados pelo emprego das Forças Armadas. Quero só registrar neste momento que a participação das Forças Armadas já estava sendo visualizada graças ao acompanhamento da conjuntura, no âmbito interno, naquela oportunidade. Então, não foi surpresa para as Forças Armadas a necessidade de termos efetivos empregados naquela área.

O Sistema de Inteligência de Defesa, reunindo os conhecimentos produzidos, particularmente pelo Sistema Brasileiro de Inteligência, aqui representado pelos companheiros que estão nesta oportunidade nesta Casa, permitiu que os nossos efetivos fossem empregados de maneira oportuna e eficaz num ambiente interno, que é de responsabilidade dos órgãos de segurança pública, mas que efetivamente, por solicitação do Governo do Estado, fomos atender a uma ameaça que pairava naquele Estado.

Dessa forma, ressalto que as ameaças são acompanhadas, levantadas e apresentadas a título de prevenir o possível emprego das Forças Armadas pelo Ministro da Defesa.

Isso tudo é pautado em documentos regulados, amparados por ato ministerial. Procuramos interagir — este é o objetivo final aqui — com os demais órgãos, porque, por si só, as Forças Armadas não teriam condições de acompanhar todas as situações e ameaças que efetivamente se apresentam ao nosso País.

Assim, ao finalizar minhas palavras, destaco a extraordinária oportunidade que a senhora, Deputada, permite que tenhamos nesta jornada do dia de hoje, na parte da manhã, como já foi ressaltada e, é claro, nesta tarde. Como eu disse, como



todos são efetivos participantes dos nossos sistemas que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência, falar para esta plateia é apenas recordar, ressaltar e destacar aspectos que, por si só, são de domínio público desta ilustre plateia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao Coronel Paulo Roberto Cardoso.

Passamos a palavra ao Dr. Denílson Feitoza, pós-doutor em Inteligência de Segurança e Direito.

O SR. DENÍLSON FEITOZA - Exma. Sra. Deputada Perpétua Almeida, figura na qual cumprimento todos os colegas de Mesa e os Parlamentares aqui presentes.

Senhoras e Senhores, passo agora, sem delongas, à exposição do meu tema. Se eu estivesse aqui hoje só como pós-doutor em Inteligência, Segurança e Direito, estaria frustrado depois das palestras da manhã, mas como amanhã assumo como Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, estou realmente preocupado, porque o Secretário de Estado de lá cuida da Polícia Civil, Militar, do Corpo de Bombeiros, política sobre drogas, administração prisional com 51 mil presos, atendimento às medidas socioeducativas, que passa pelos adolescentes em conflito com a lei e toda a política de prevenção à criminalidade. Como sabemos, Belo Horizonte é uma das cidades que está na linha reta dos grandes eventos.

Agora vou assumir oficialmente uma influência que venho exercendo como membro do Ministério Público, como Procurador de Justiça. Amanhã me afasto para isso. Como um formulador, um executor de uma política pública, as palestras da manhã me deixaram preocupados. Então, eu vou direto ao assunto, porque, se o Parlamento não detém as informações adequadas para fazer aquilo que é o mais importante, que é o controle parlamentar, é realmente uma situação muito preocupante.

Recebi um roteiro de indagações. Vou direito a elas, sem delongas. Audiência sobre a percepção de ameaças pela atividade de inteligência. Esse roteiro de perguntas começa assim: *“Como V.Exa. percebe a situação da atividade de inteligência no Brasil de hoje?”* A situação da atividade de inteligência é muito grave no Brasil de hoje, extremamente grave.



É impossível o Estado brasileiro realizar determinadas competências constitucionais. E me refiro aos Poderes Legislativo, Executivo e, em parte, ao Judiciário, bem como a outras atividades internas ao Estado, como segurança pública, atividade fiscal, ministerial, do Ministério Público, e outras. É impossível realizar determinadas competências constitucionais sem a atividade de inteligência. Se o Brasil não desenvolve atividade de inteligência com responsabilidade e eficiência, é como se ele abrisse mão das competências que a sociedade brasileira entregou na mão do Estado brasileiro. Então, é como uma teoria dos poderes implícitos. A atividade de inteligência é inerente ao Estado. Não adianta não legislar sobre a atividade de inteligência. Ela vai continuar a proliferar, a crescer e a se desenvolver. Mais da metade das agências ou serviços de inteligência do País nasceram nos últimos 10 anos, sem nenhuma legislação. A Lei nº 9.883 é quase nada, se comparada com os parâmetros de que dispomos hoje no mundo.

Não temos uma política nacional de inteligência. Nós temos um texto, que se encontra na Presidência da República, pendente de aprovação. O Brasil não tem uma política nacional de inteligência desde 1988, quando a política nacional de informações foi extinta por decreto. Tivemos uma política nacional de informações de 1971 a 1988. Desde então, não há.

As duas perguntas mais importantes sobre inteligência são: para que a atividade de inteligência e como fazer atividade de inteligência?

Como pode existir todo um aparato de SISBIN sem uma política nacional de inteligência transparente para a sociedade, como demonstram as boas práticas internacionais?

Nós temos hoje um estudo na Assembleia Geral da ONU, com 35 boas práticas sobre atividades de inteligência, que pesquisou mais de 100 países no mundo. Nós temos as boas práticas dos estudos de Bohr and Lee, nós temos as melhores práticas, *the best practices* do Parlamento europeu sobre atividades de inteligência. E não existir uma política nacional de inteligência no Brasil, vai contra tudo isso, que são os melhores parâmetros internacionais.

Nós não sabemos para onde está indo a atividade de inteligência, a ponto de o Diretor-Geral da ABIN, em 2006, dizer numa declaração para o InfoRel: “Nós estamos cumprindo 10 ou 12 objetivos”. Dez ou doze objetivos que estavam na



Resolução nº 1, de 2006, do CREDEN, que cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, cuja competência não é estabelecer isso é supervisionar. Quem estabelece a política nacional de inteligência é a Presidência da República. Mesmo que eles elaborem isso como um texto, é responsabilidade do Presidente estabelecer essa direção para que o Parlamento possa fazer o controle.

Hoje, o Parlamento não tem como controlar a atividade de inteligência porque não há uma política. O Parlamento se debruçou sobre isso. Foi feito um decreto não numerado, em 2009, nomeando um comitê ministerial para a elaboração da PNI e reavaliação do SISBIN.

A então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, encaminhou essa PNI para o Parlamento, este cumpriu o seu papel, fez o controle da PNI, existe uma PNI como texto e, em 2010, devolveu para a Presidência da República. E hoje se encontra na mão da própria Presidência da República, por coincidência da Presidenta, com o maior respeito, Dilma Rousseff. Hoje, a mesma que enviou para o Parlamento é quem detém agora uma política. Nós temos um SISBIN que não se sabe para onde vai.

Mas agora existe a Resolução nº 1 do CREDEN, de 2007, porque a que havia em 2006 e a de 2007 não eram realmente uma política. Portanto, a situação é grave. Nós não temos uma política nacional de inteligência, que é fundamental. Em qualquer Estado democrático no mundo existe uma política nacional de inteligência clara, para que a sociedade saiba, ainda que o que se faça seja sigiloso. A sociedade, por meio do controle parlamentar, precisa saber para onde vai isso tudo, porque não podemos assinar um cheque em branco. A sociedade não pode assinar um cheque em branco. Ela precisa do controle parlamentar. E o Brasil se torna a sexta potência econômica do mundo, talvez em 5 anos ultrapassemos a França, brincando de fazer aquilo que é seu dever, porque não haverá como o Brasil continuar no seu caminho sem usar esta parte que é essencial, é inerente ao exercício do poder do Estado.

Enquanto isso, eu fico pensando: eu tenho uma mulher jovem e linda e sou um pouco mais velho que ela. Eu estou doído para chegar em 2040. Não sei se eu vou conseguir, mas eu queria estar vivo, porque eu não quero deixar ela sozinha aí dando sopa. Mas se eu chegar em 2040, e olhar para trás, talvez eu sinta culpa pela



omissão. Porque nós temos todos os indicadores que nos apontam para a necessidade de o Estado brasileiro assumir isso.

A febre aftosa voltou a surgir no meio de um rebanho, e ela já havia sido erradicada há 20 anos. Como isso acontece? Acontece, porque o Brasil hoje é a primeira potência econômica do mundo no que diz respeito à produção de carne. Nós passamos os Estados Unidos.

A Base de Alcântara explodiu, e até hoje não sabemos exatamente o que aconteceu lá, o que gerou um atraso de mais de 10 anos o nosso projeto aeroespacial. E o que nós temos com isso? Eu não gosto de aeronave. Mas se não lançarmos um satélite lá em cima, não adquirir essa capacidade, aí os senhores vão saber por que nossos celulares não funcionam, por que nossos serviços de telecomunicações são tão caros. Nós não temos capacidade aeroespacial. É trabalho da atividade de inteligência evitar sabotagem. Nós não sabemos. Nós não prendemos ninguém em 50 anos por espionagem. Nós estamos sem essa capacidade, e isso é o trabalho típico da inteligência, que prejudica a capacidade de identificar ameaças, vulnerabilidades. Poder estabelecer riscos afeta a nossa economia, afeta a nossa ciência e tecnologia. O Brasil hoje é um País onde qualquer um transita por aqui. Volto a repetir, a situação é grave.

E sobre como fazer atividade de inteligência não temos praticamente nada. Nós temos a Lei nº 9.883, de 1999, que trata do uso de técnicas e meios sigilosos. O que é isso? Nunca leram a legislação do Canadá, dos Estados Unidos, da Argentina, um dos nossos principais parceiros, o terceiro parceiro comercial, mas, sem sombra de dúvida, não existe futuro para o Brasil sem a Argentina. Somos o primeiro parceiro comercial deles e eles são o terceiro nosso. É impossível! Deem uma lida na legislação da Argentina. Ficaram 10 anos discutindo a Lei de Defesa Nacional, a Lei de Segurança Interna e mais 10 anos fazendo a lei da inteligência nacional. Nem isso olhamos. Deem uma olhada na legislação dos Países Baixos, do Reino Unido. O que nós temos é uso de técnicas e meios sigilosos. Nada.

O oficial de inteligência hoje é um profissional desprotegido para fazer aquilo que deve fazer. Eu fui promotor do Patrimônio Público. Com o que eu sei hoje de atividade de inteligência não sobrava..., pegava a metade assim, sem pensar duas vezes. Mas culpa do Estado brasileiro que não fornece a legislação que a atividade



de inteligência precisa, um marco regulatório, e não nos faltam modelos para isso. Então, reitero, a situação é grave, Sra. Deputada.

Não temos política e não temos como fazer atividade de inteligência. Só uso de técnicas e meios sigilosos ou planejamento das ações sigilosas para obtenção de dados. O que é isso? Bem, então essa situação parece-me extremamente grave, e é grave porque nós precisamos da atividade de inteligência. Não existe nenhum país democraticamente forte e rico no mundo sem atividade de inteligência forte. Nenhum! Qualquer país que tenha pretensão de ser potência precisa de atividade de inteligência forte. Esse é o meu primeiro recado. Agora, minha preocupação é grande.

A outra pergunta é a seguinte: quais as principais ameaças percebidas pelos órgãos de inteligência brasileiro, em geral, e por aqueles subordinados a V.Exa., em particular? V.Exa. poderia exemplificar essas ocorrências?

O que eu tenho a ver com a atividade de inteligência? Eu propus a criação da atividade de inteligência no Ministério Público brasileiro há 10 anos. Fui responsável pela doutrina de inteligência do Ministério Público, pela criação do Grupo Nacional de Inteligência do Ministério Público, fui o primeiro coordenador, criei o primeiro órgão de inteligência dentro do Ministério Público brasileiro. Logo, eu tenho muito a ver com essa história. O convênio que os 30 Ministérios Públicos do País tem hoje com a ABIN fui eu que fiz e também abri o Centro de Inteligência do Exército no Ministério Público. Então estou envolvido nisso até os ossos.

Agora, quando chego aqui de manhã e vejo uma grande parceira nossa — nós precisamos dela —, a Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, dizer que nós estamos preparados para grandes eventos, comparando grandes eventos com o Carnaval, sinceramente, eu fico preocupado. Fico preocupado porque Belo Horizonte terá grandes eventos. Não tem nada a ver grandes eventos ou megaeventos com carnaval, com São João alguma coisa. São conceitos completamente distintos. Hoje, não estamos preparados para os grandes eventos no Brasil. E se o Parlamento não sabe disso, ele não tem como nos ajudar a estar preparados, porque talvez a sua principal função seja fiscalização e controle, e não legislação. Eu ouvi coisas do tipo grandes eventos ou megaeventos é uma outra concepção. Rio+20 é megaevento. Existe uma concentração de mais de 130 Chefes



de Estado de Governo. Eu fico imaginando 130 Chefes de Estado de Governo de tanguinha dançando carnaval. São coisas completamente distintas. As ameaças, as vulnerabilidades e riscos são outros. E o Brasil ainda não está preparado para isso.

Nós estamos a 1 mês e pouquinho de nosso grande evento, o primeiro que vamos enfrentar. Nem os Jogos Pan-Americanos são verdadeiramente os grandes eventos que vamos enfrentar a partir de agora. Por quê? Porque já não tínhamos Israel nos Jogos Pan-Americanos, que tem um histórico de ataques terroristas. Nós não tínhamos uma França. Como ficamos se chega no nosso País, um país com histórico de ataques terroristas? Vem um Paquistão da vida, uma Índia?

A Deputada Jaqueline Roriz deixou claro sua experiência em Barcelona. Que o ETA decidiu ir para lá quando Barcelona foi escolhida para sediar os Jogos Olímpicos e começaram a fazer ataques lá. As observações perspicazes do Deputado Sirkis, que de bobo não tem nada, mostrou claramente que existem sim ameaças, vulnerabilidades e riscos no nosso horizonte. Eu vi aqui. É bom ficar claro: grandes eventos é uma coisa; carnaval e São João são outra coisa completamente diferente.

Eu ouvi falar no Centro Integrado de Comando e Controle de Brasília. A orçamentação já foi feita. Já foi feita a licitação de 600 comandos e controle de Brasília, já está em execução essa obra. Eu sei que está sendo feita no Rio de Janeiro. Eu sei que, em Belo Horizonte, o Estado de Minas Gerais não esperou e já alocou 27 milhões de reais para o seu Centro Integrado de Comando e Controle, que é realmente algo muito avançado, com equipamentos, com soluções integradoras de sistemas, interoperabilidade de comunicações, 300 analistas. Já reservamos 1 milhão de reais para fazer a capacitação na área da inteligência, porque o que nós precisamos é de números. Quem faz controle precisa de números. Quem faz controle precisa de dados concretos para que possa fazer o controle parlamentar. E o controle parlamentar nos ajuda na área da atividade de inteligência. Precisamos desse controle parlamentar.

Eu tenho receio. Nós, em Minas Gerais, estamos nos preparando, sem ainda ter ajuda do Governo Federal, já reservamos 27 milhões para isso e já vamos começar a fazer as visitas.



Eu tenho o receio de que o Rio de Janeiro acabe sendo a base nacional e Belo Horizonte seja a redundância do sistema. Eu ouvi falar no Centro de Comando e Controle Internacional e fiquei completamente preocupado. Esse Centro de Comando e Controle Internacional é impressionante, porque as legislações do Canadá e dos Estados Unidos não nos deixam colocar as mãos nas informações sobre cidadãos deles e sobre estrangeiros que lá residem. O que nós vamos fazer? Nós vamos criar um Centro de Comando e Controle e deixar que coloquem as mãos nas bases de dados de cidadãos brasileiros, quando os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido não nos deixam fazer isso?

Há outras coisas, como a análise de riscos, expressão que eu ouvi várias vezes. A análise de riscos não consiste apenas em um texto que nós fazemos. Não existe essa história de análise de riscos não sei de onde. Eu sei que Minas Gerais tentou pedir ajuda para fazer uma análise de riscos. Não aconteceu isso. Nós decidimos fazer a nossa análise de riscos por conta própria, seguindo uma metodologia internacional e tomando como parâmetro de terminologia e coerência a ABNT NBR ISO 31000. Nós tínhamos que partir de algum lugar.

A análise de riscos é algo que se faz com todo o sistema. Não se cria a análise de riscos. Não se senta meia dúzia de pessoas numa e se cria uma análise de riscos, identificando ameaças, vulnerabilidades e oportunidades — tem-se o risco de perder, mas também tem-se o risco de ganhar. Eu fico pensando se essas análises de riscos estão realmente sendo feitas. Eu ouvi isso aqui sendo dito por integrantes da Mesa. Não estão sendo feitas, senhores. A verdade é essa. Nós temos análise de riscos no Rio de Janeiro; Minas Gerais está fazendo análise de riscos por conta própria, porque a mineiro nós pedimos ajuda, mas, não querendo ajudar, nós vamos embora sozinhos.

Trata-se de ameaças e vulnerabilidades que nós vivemos. Achar que estamos fazendo algo que realmente não estamos fazendo é uma ameaça, bem como não reconhecer os pontos fracos que temos. Isto está dentro do conceito amplo de análise de risco: considerar ameaças e vulnerabilidades. Tem-se pontos fortes, mas tem-se oportunidades.

Este é o tema das ameaças. Quando falamos em ameaças, há algo que me impressiona de fato. Este é o meu estudo pós-doutorado sobre o assunto, que eu fiz



no Canadá, nos Estados Unidos, passei na Argentina, dei uma olhada no Reino Unido, nos Países Baixos, na Espanha e em alguns outros países da Europa. O que eu tenho nas mãos, senhores? Eu tenho a Política Nacional de Inteligência, que, por enquanto, é apenas um texto.

A Política Nacional de Inteligência já examinou, à exaustão, as ameaças e as vulnerabilidades que se colocam no nosso horizonte. A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência já fez o controle dessa PNI. Em 2010, ela já a devolveu à Presidência da República. Aqui há coisas de extrema gravidade.

Quem participou da elaboração dessa PNI foi, nada mais, nada menos, do que o Comitê Ministerial para a Elaboração da PNI, que faz parte da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo — CREDEN. Nós tínhamos aqui a Ministra-Chefe da Casa Civil, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Ministro da Justiça. Não era um grupo pequeno, não. Eles sabiam o que estavam falando. Mandaram isto para o Congresso Nacional. Olhem o que existe nesta PNI! Vejam se alguma dessas coisas deixou de existir de 2010 para cá: os riscos de espionagem, sabotagens, interferência externa. A legislação dos Estados Unidos autoriza os Estados Unidos a interferir na política, na sociedade e na economia dos outros países de maneira encoberta. São as *covert actions*.

Parte do meu pós-doutorado eu fiz na George Washington University, onde está o Arquivo Nacional de Segurança — The National Security Archive. Eles são obrigados a desclassificar os documentos. Lá nós vemos políticos brasileiros, altas autoridades do Brasil, e o Arquivo Nacional de Segurança mostra como os Estados Unidos os cooptaram. Existe uma maneira de atuar para recrutar autoridades em outro país para influenciar o que o outro país está fazendo.

Se os senhores forem ao Arquivo Nacional de Segurança, que está na George Washington University, os senhores vão se assustar com os nomes de uma enorme quantidade de altas autoridades do Brasil recrutadas pelos Estados Unidos, usando o que a legislação deles permite usar: as *covert actions*. E nós não estamos querendo nos proteger da interferência externa? Isso é interferência externa. Nós não temos autodeterminação para fazer o que queremos.

Aqui se fala em armas de destruição em massa, criminalidade organizada, corrupção e ações contrárias ao Estado Democrático de Direito. Ou seja, nós temos



uma PNI hoje que passou por um alto crivo deste Comitê Ministerial, constituído de altas autoridades — uma delas é a atual Presidente da República. A Comissão Mista, Sr. Presidente, Deputado Sirkis, fez o controle disso e está lá.

Então, se queremos um indicativo de quais são as nossas ameaças, leiam a Política Nacional de Inteligência, que é um documento público, que se encontra hoje parado, o Governo tem que assumir isso com prioridade, e o Congresso Nacional poderia incomodar um pouquinho, porque sem uma política nacional de inteligência nós não sabemos para onde está indo todo o sistema de inteligência.

E qual o papel do Congresso nisso? O de assumir a responsabilidade, de fazer o que sabe, que é o controle e a elaboração de uma legislação de inteligência, que está disponível, segundo boas práticas internacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado. Passo a palavra agora ao Sr. Ronaldo Carmona. Peço a V.Sa. que procure ser breve.

O SR. RONALDO CARMONA - Boa tarde, senhoras e senhores, em primeiro lugar, agradeço à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o convite, cumprimento meus colegas de Mesa e todos que se fazem presentes neste plenário.

Inicialmente, registro a importância desta discussão. Eu penso que atualizar de tempos em tempos a percepção sobre as ameaças da natureza que o Brasil enfrenta é de fundamental importância, tendo em vista que essas ameaças variam em razão de um conjunto de fatores que vamos apresentar ao longo desta exposição.

Trago esta contribuição, diferente dos demais colegas de Mesa que representam instituições governamentais, na qualidade de estudioso da teoria geopolítica e das relações internacionais. A partir disso, enfatizo a percepção de ameaças que tentamos trabalhar do ponto de vista do debate, em especial na academia, enfim, na condição de pesquisador universitário.

Começo com a recordação do nosso grande Mário Travassos, coronel do Exército Brasileiro e um dos fundadores da geopolítica moderna. Saliento essa adjetivação moderna, porque, de certo, tendo em vista a tarefa de constituição na Nação, com as características atuais do nosso grande território, foi uma tarefa anterior, levada adiante mesmo pelo patriarca José Bonifácio, que ademais de ser



um grande cientista, político e pensador também pode ser considerado precursor da geopolítica brasileira, dado o seu papel na transição da Colônia para o Brasil independente, mantendo intacto o grande e rico território.

Esse personagem, Mário Travassos, provavelmente inspirado pelos ares libertadores da Revolução de 1930, buscava na conformação geográfica do nosso País bases para um projeto nacional, partindo da integração do território, tarefa, todavia, inconclusa.

O Coronel Travassos definiu o Brasil como território misto, ao mesmo tempo continental e marítimo, sul-americano e atlântico. Começo por essa definição, porque ela tem grande implicação para a definição contemporânea das ameaças ao Brasil e da sua política de projeção ao exterior. Afinal, a definição das prioridades decorrentes da identificação das ameaças devem ser observadas, sobretudo a partir dos grandes interesses geopolíticos estratégicos do Brasil no mundo, em especial do seu interesse de integração, coesão e sinergia com a América do Sul e com a África atlântica e lusófona.

O Sistema de Inteligência deve servir essencialmente a consecução dessa grande estratégia brasileira de inserção internacional soberana e de realização das amplas potencialidades nacionais.

Penso que ao debater o que consideramos ameaças contemporâneas ao País, estamos definindo onde vamos concentrar nossos esforços, as nossas energias, nossos recursos materiais e humanos. É preciso definir uma hierarquia relativa das principais ameaças, que possibilite, a partir de uma percepção autóctone, defender a soberania, a integridade e o desenvolvimento nacional.

Penso que temos avançado de forma lenta, mas consistente, na renovação da visão geopolítica brasileira, deixando de lado visões anacrônicas e importadas herdadas do período da Guerra Fria e atualizando a nossa percepção em relação ao mundo, a partir da nossa própria visão.

Devemos aprofundar esse caminho. Afinal, meus amigos e minhas amigas, penso que as ameaças são essencialmente assimétricas. Não são universais, ou seja, não são comuns a todos os países, nem atemporais. Elas precisam ser percebidas a partir das singularidades brasileiras, sejam elas geográficas,



demográficas, sociais, econômicas, científicas ou militares, isto é, a partir da nossa própria percepção de mundo.

Por certo, os centros de estudos dos países centrais diuturnamente nos apresentam um estudo sobre o que seriam essas ameaças em relação ao nosso País e à América do Sul, evidentemente expressando sua visão do mundo, seus valores e os interesses das nações de onde são oriundos. Visões que, em muitos casos, nada têm a ver com as nossas percepções de ameaças. Assim, destaco a importância de termos uma percepção autóctone das ameaças que nos cercam.

Penso que o documento mais recente sobre a percepção contemporânea das ameaças ao Brasil está consubstanciado, sobretudo, na Política Nacional de Inteligência ou na Proposta de Política Nacional de Inteligência enviada ao Congresso Nacional em 2009. Esse texto, como foi ressaltado, elenca um conjunto de 11 ameaças ao Brasil. Eu queria destacar algumas delas.

Em primeiro lugar, ameaças relacionadas à sabotagem, em especial dirigidas às infraestruturas críticas do País. Nesse caso, observa o texto que a projeção internacional do Brasil e sua influência em vários temas globais atraem atenção daqueles cujas pretensões se veem ameaçadas pelo processo de desenvolvimento nacional.

Gostaria de destacar também aquela que se refere à interferência externa, na qual se destaca “como motivo de constante atenção e preocupação à eventual presença militar extrarregional na América do Sul, podendo essa ser caracterizada como ameaça à estabilidade regional”.

Gostaria também de chamar a atenção para aquela ameaça relacionada a atividades ilegais envolvendo uso de bens duais e tecnologias sensíveis, em especial, como diz o texto, nas áreas química, biológica e nuclear.

Penso, prezados senhores e senhoras, que nesse amplo rol de ameaças que a Proposta de Política Nacional de Inteligência apresenta a nosso País, é preciso destacar e ressaltar aquelas relacionadas à projeção internacional do Brasil e à afirmação do projeto nacional, as quais penso estão num patamar hierárquico importante em relação a ameaças de caráter endógeno.

Essas ameaças exógenas devem ser precisadas na dimensão da inteligência estratégica, observando as grandes tendências em curso no cenário internacional.



Esse eu acredito que é o primeiro passo: ter uma leitura do cenário internacional que nos permita compreender as ameaças *vis-à-vis* o interesse nacional brasileiro.

Uma primeira questão que eu acho importante destacar nesse contexto da análise do cenário internacional é que, a despeito de nós caminharmos para um cenário de um mundo multipolar, também é certo que esse mesmo mundo multipolar pode ser tão estável como o mundo unipolar que vivenciamos no período imediato pós-guerra fria ou mesmo tão instável quanto à confrontação bipolar que observamos no século XX.

A grande vantagem que o sistema multipolar para um país como o Brasil apresenta é um maior equilíbrio de forças, mas essas forças podem expressar interesses contraditórios agudos, a exemplo de outros formatos de configuração de sistema internacional.

Eu acredito que nós vivemos em geral e essencialmente, no sistema internacional, uma marca de um comportamento essencialmente hobbesiano, no qual há uma luta constante por posições do sistema internacional e o interesse nacional determina as ações nacionais.

As ameaças de natureza exógena são essencial ou principalmente aquelas de natureza estatal, ainda que questões relacionadas, por exemplo, à pirataria ou ao narcotráfico também se configurem em problemas graves de segurança no cenário internacional.

Nesse contexto, é preciso ter atenção com o discurso, geralmente procedente dos países centrais, sobre as chamadas novas ameaças. Afinal, se é certo que determinadas ameaças não estatais têm ramificações e *modus operandi* transnacionais, tampouco é certo que essas ameaças devem ser tomadas como centrais. Afinal de contas, parece-me que aqui pode haver uma tentativa de desviar conceitualmente o nosso País das tarefas clássicas do ponto de vista da preservação da soberania e da integridade nacional.

A tendência à multipolaridade observa uma importante contratendência com efeito sobre a nossa percepção de ameaças. Eu observaria isso como um traço principal do cenário atual contemporâneo, que é precisamente um movimento de contenção por parte dos grandes países em desenvolvimento levado a cabo pelas nações centrais, desejosas da manutenção do *status quo* de sua posição pretérita.



Muitos exemplos podem ser dados nesse sentido. A recém-divulgada orientação estratégica norte-americana, com foco na China, as tentativas de cooptação ou neutralização de países como Índia e Rússia e tentativas de retardar e mesmo dificultar a união sul-americana liderada pelo Brasil. São muitos exemplos que expressam esses movimentos de contenção dos novos polos internacionais. Enfim, os próprios BRICs são vistos como ameaças aos países centrais, uma vez que a base de sua aliança é o questionamento dessa ordem internacional congelada, que expressa outra correlação de forças do ponto de vista do mundo.

Eu queria dizer que me parece falsa a ideia de que o Brasil não teria ameaças, como foi apresentada por uma corrente essencialmente cosmopolita que estava em voga ao longo dos anos 90. Eu acho que, pelo contrário, no rol das ameaças exógenas, nós podemos observar, inclusive do ponto de vista desses documentos importantes como a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Inteligência, um cenário, ainda que indesejável, onde ocorra um agudo choque de interesses do Brasil com as potências centrais, sobretudo num contexto em que crescem e se diversificam os interesses brasileiros no mundo.

Assim, acho que a posse, por parte do Brasil, de importantes ativos estratégicos, como todos nós sabemos, desde importantes reservas de minérios de ferro, fontes de energia, água potável, biodiversidade e capacidade de produção de alimentos, podem gerar um cenário de agudo choque de interesses com potências centrais, caso o nosso País decida soberanamente, num determinado contexto, negar o acesso das potências centrais a esses mesmos ativos estratégicos, em função do interesse nacional.

A China é um exemplo de país que recentemente negou acesso à exportação das chamadas terras raras. Nós também certamente podemos chegar a uma situação em que possa nos interessar restringir a exportação de determinados bens, como, por exemplo, o nióbio. O Brasil produz 90% da produção mundial de nióbio. Também no Atlântico Sul, encontramos, por isso ressaltei no início nossa dimensão terrestre na nossa dimensão atlântica, importantes vulnerabilidades, como, por exemplo, o fato de que pelo mar são transportados 95% de nosso comércio exterior e de onde sai 80% de nossa produção de petróleo.



Portanto, eu acho que os sinais de que pode haver um cenário de choque agudo de interesses com as potências centrais devem ser uma preocupação principal, como disse recentemente, inclusive o Ministro da Defesa, abre aspas, *“A América do Sul pode ser objeto de competição e cobiça internacional, dada a sua condição de posse de ativos estratégicos de grande valor no mundo de hoje”*.

Por isso queria, para concluir, valorizar sobremaneira a definição do ponto de vista de nossa estratégia de defesa, de uma estratégia comum de dissuasão definida a partir do Conselho de Defesa Sul-americano, um enorme passo em termos de pensamento estratégico, que passa a observar no nosso entorno, tanto sul-americano quanto do outro lado do Oceano Atlântico, um espaço por excelência para o Brasil se dedicar do ponto de vista da sua prioridade geopolítica e estratégica.

Assim, eu queria valorizar essa posição que deriva dessa nova visão geopolítica em gestão do ponto de vista da sociedade brasileira. Acho que nós deveríamos possuir um forte e robusto serviço de inteligência do Estado, voltado claramente para as reais ameaças no Brasil a serem identificadas por nossa sociedade, por nossas universidades, centros de estudos e por funcionários do Estado.

Nosso serviço de inteligência deve possuir controle externo que permita a observação da compatibilidade entre a percepção brasileira das ameaças que nos afrontam e a ação do nosso sistema de inteligência. Nesse sentido, é essencial o Congresso Nacional pôr em funcionamento regular esta Comissão conjunta de atividades de inteligência.

Como afirmou, há 10 anos, na audiência sobre o serviço de inteligência realizado em 2002 o Deputado e hoje Ministro Aldo Rebelo, na condição de Presidente da Comissão, num seminário dessas mesmas instituições, a atividade de inteligência está situada no campo da autonomia do interesse nacional. Portanto, eu acho que é essencial percebermos, com a nossa própria visão, isto é, com a visão brasileira do interesse nacional, os desafios do nosso sistema de inteligência a partir dessa renovada visão geopolítica brasileira em relação a sua inserção internacional.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Concedo a palavra ao Delegado Wellington Soares Gonçalves.

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES - Deputado Alfredo Sirkis, aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo, bem como os demais integrantes da Mesa e os presentes. A Polícia Federal e a Diretoria de Inteligência Policial agradecem pela oportunidade de participar deste evento e compartilhar com os colegas com os quais nós temos experiências de trabalho conjunto, trabalho prático, na participação deste debate sobre a atividade de inteligência no nosso País.

A especificidade com que a Polícia Federal atua na área de inteligência nos permite a brevidade que o senhor tem solicitado durante o nosso debate. Portanto, nós vamos abordar muito brevemente os pontos que foram enviados como provocação para a nossa participação neste momento e vamo-nos concentrar especificamente no foco em que a atividade de inteligência motivou o desenvolvimento de uma doutrina de inteligência dentro do Departamento da Polícia Federal. Que doutrina é essa? Eu adianto que é a atuação da criminalidade organizada dentro do País.

O contexto da criação e da utilização da atividade de inteligência dentro da Polícia Federal se deu em razão de um descompasso evolutivo entre a forma de criminalidade existente no País e a atribuição constitucional à Polícia Federal no art. 144 da nossa Constituição após o ano de 1988.

O que aconteceu? Existia no Brasil um cenário de criminalidade típica em que pessoas se juntavam aleatória ou esporadicamente para cometer crimes e, depois de auferido o lucro, elas não tinham estabilidade ou um conjunto de características que demandavam do Estado uma atuação e repressão específica.

Ao longo da década de 60 até os tempos atuais, verificou-se uma criminalidade mais específica, parecida com empresas, em que há uma organização, uma sofisticação, uma conexão com o Estado acabou por demandar do legislador e dos órgãos de segurança pública uma atividade específica para contrapor essa criminalidade organizada. A Polícia Federal achou dentro da atividade de inteligência os mecanismos, os instrumentos e os métodos necessários para combater esse tipo de criminalidade.



Após essa evolução da atividade de inteligência dentro do Brasil, principalmente após a instituição da Constituição Federal de 1988 e a criação do SISBIN, já pautado nos parâmetros do Estado Democrático de Direito, a Polícia Federal pegou carona nessa novidade para o Estado brasileiro e utilizou-se de toda a metodologia do ciclo de inteligência policial para alcançar o seu objetivo. A missão da Polícia Federal é a investigação criminal e a atividade de polícia judiciária em âmbito federal.

Quando se pede para comentar a respeito da atividade de inteligência no Brasil, a Polícia Federal se sente confortável em reconhecer os obstáculos e o sucesso que alcançou dentro da aplicação dessa doutrina de inteligência na atividade de polícia judiciária e se faz solidária aos demais órgãos de inteligência clássica no Estado brasileiro, os órgãos de defesa e, especificamente, as agências de inteligência, no sentido de compreender as dificuldades que um país como o Brasil, que até pouquíssimo tempo não tinha o destaque que encontra hoje no cenário internacional, tem agora de enfrentar para poder se valer de uma atividade de inteligência, agora do mesmo porte da de países que tradicionalmente já vinham utilizando essa doutrina de inteligência.

Apesar de compartilharmos um pouco do cenário desfavorável manifestado pelo Dr. Feitoza, nós vemos, com certa satisfação, de modo prático, uma evolução da atividade de inteligência dentro do Brasil, uma vez que podemos identificar e superar essas dificuldades.

Como eu expliquei, a atividade de inteligência no âmbito da Polícia Federal visa a utilizar os métodos do ciclo de inteligência, dos instrumentos de inteligência, para que possamos cumprir a nossa missão de investigação criminal. Grandes operações, grandes sucessos e alguns fracassos mostram isso e já são de fácil conhecimento público divulgados pela grande imprensa.

Dentro dessa atividade, já atacando um outro ponto, que é a pergunta a respeito das ameaças identificadas pelos órgãos de inteligência, em específico da Polícia Federal em relação à atividade de inteligência para o Brasil, nós temos aqui, então, uma lista grande, porém que orbita em cima do tema da criminalidade organizada, que eu ressaltai para os senhores aqui.



Então, podemos mencionar o colapso do sistema de segurança pública. Isso tudo baseado num plano de inteligência feito pela Diretoria de Inteligência, no ano de 2010, com projeção para 2014. Com alguns pontos levantados, podemos verificar, mesmo nesse curto intervalo de tempo de 5 anos, que nós já tivemos episódios importantes dentro dessas ameaças identificadas aqui pela Diretoria de Inteligência.

Então, nós temos o colapso do sistema de segurança pública em alguns Estados, o fortalecimento da atuação das organizações criminosas e da associação de diferentes tipos de criminalidade organizada, o aumento de conflitos dentro da população carcerária, das milícias, do tráfico de entorpecentes, especificamente no que diz respeito ao *crack* e às drogas sintéticas, o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos, os crimes cibernéticos, um ponto que tem uma extensão não só dentro da atividade de Polícia Judiciária, mas em âmbito de inteligência clássica e estratégica — e o Brasil deve dar uma atenção especial a esse tema —, os crimes ambientais, a aquisição de terras por estrangeiros no Nordeste e na Amazônia, o uso da violência extrema por movimentos sociais, as invasões de áreas indígenas por garimpeiros, a lavagem de capitais associados ao narcotráfico e ao terrorismo, as atividades clandestinas de jogos de azar, os crimes relativos à Previdência Social, o ingresso e permanência de estrangeiros no território nacional mediante fraude, o risco para brasileiros no exterior, o uso de arma de destruição em massa associado ao terrorismo e ao crime organizado, a segurança às redes governamentais também associada ao ambiente do ciberespaço, a ameaça vinculada aos grandes eventos e a participação de grupos terroristas ou de indivíduos vinculados à atividade terrorista dentro do território nacional.

Então, se nós observarmos essa ampla gama de atividades e quisermos entender como a Polícia Federal se aplica no uso da inteligência para o combate, a prevenção e a antecipação dessas ameaças, eu posso resumir numa expressão como é que fazemos esse foco. Focamos em cima do negócio da missão constitucional da atividade da Polícia Federal, que é a atuação de repressão e prevenção à atuação da criminalidade organizada.

Então, dentro desse contexto, e atacando aqui a questão da Política Nacional de Inteligência, já muito bem explanada pelos colegas aqui da Mesa e dentro da



realidade que nós conhecemos, a necessidade do controle legislativo e do equilíbrio de poderes dentro da ideia do Estado Democrático de Direito para que essa atividade de inteligência possa crescer, há necessidade de controle e há necessidade de previsão *a priori* dos instrumentos que nós podemos ter dentro da comunidade de inteligência, especificamente do sistema brasileiro integrado e materializado pelo SISBIN; temos que ter *a priori* os parâmetros pelos quais podemos nos pautar. Sem esses parâmetros, não há possibilidade de atuar em inteligência no patamar proporcional à importância que o Estado brasileiro tem alcançado internacionalmente nos dias de hoje.

Como sugestão para melhora, que também foi um ponto de provocação, a Polícia Federal vem aqui, muito humildemente, sabedora da sua utilização instrumental da atividade de inteligência, nesse mote muito específico que é a investigação criminal, sugerir um foco que tem crescido internacionalmente, que é a ideia da difusão e da integração dentro do sistema e do ciclo de inteligência. Quer dizer, os senhores, que atuam na área, têm o conhecimento profundo e sabem que a necessidade de conhecer e a compartimentação têm, durante muito tempo, ocupado um destaque dentro dessa atividade.

Agora, há exemplos de insucessos internacionais — podemos citar o ataque às torres gêmeas, nos Estados Unidos — que mostram que barreiras à difusão e dificuldade de integração de órgãos que já historicamente têm recursos, experiência e estrutura legislativa para poder atuar foram prejudicadas pela falta desse foco na difusão e na integração. Então, não é um problema somente brasileiro. Dentro da sua história e dentro do seu destaque internacional, países como Estados Unidos, Alemanha, União Soviética antiga, agora Rússia, têm as mesmas dificuldades do Brasil.

Tive oportunidade de participar de cursos no exterior, de fazer mestrado junto à Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos, da Universidade de Defesa Nacional. Isso que debatemos e apontamos como dificuldade do Estado brasileiro também são dificuldades de países que há muito tempo atuam nessa área. Eles têm destacado a necessidade dessa mudança de foco.

Obviamente, a Polícia Federal não tem a solução para esse problema, mas apresenta o desafio e se compromete, como integrante do sistema, a fazer com que



o Brasil possa alcançar a busca dessa solução dentro dos nossos planos estratégicos de inteligência.

Como conclusão, eu gostaria de citar como exemplo dessa tentativa da Polícia Federal de solidificar a atividade de inteligência e de fazer o contato com os demais integrantes do SISBIN no Brasil que o nosso desenvolvimento se deu uma vez que identificamos a importância de fazermos *a priori* a “doutrina de inteligência da Polícia Federal” e, por meio dessa doutrina, não personalizando na figura das autoridades policiais que integravam a Diretoria de Inteligência, mas numa doutrina que qualquer autoridade policial que ocupasse o cargo de diretor e a chefia de algumas de nossas coordenações e divisões pudessem dar continuidade a esse trabalho.

Uma vez que dividimos tanto os fracassos quanto os sucessos alcançados na aplicação dessa “doutrina de inteligência” no âmbito da Polícia Federal, pudemos colher os frutos que temos identificado ao longo do tempo.

Então, sem essa doutrina, em âmbito nacional, não vamos conseguir atingir esse mesmo sucesso. A atividade legislativa tem destaque essencial na formação da legislação, para que possamos atuar e para exercermos o controle devido e ainda para que essa atuação de inteligência se pautem nos parâmetros do nosso Estado Democrático de Direito.

Finalizo, dizendo que estamos disponíveis para dúvidas e debates.

Agradeço a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Gostaria de agradecer a todos os que usaram da palavra e de fazer algumas considerações. Posteriormente, vou passar a Presidência à Deputada Jaqueline Roriz.

Acho que o que estamos vivenciando hoje mostra perfeitamente o longo caminho a percorrer.

Em primeiro lugar, como eu havia assinalado antes, é escasso o interesse dos Parlamentares, embora o dia de hoje seja especial e complicado, por haver uma série de matérias polêmicas na Ordem do Dia, de fato, teria sido preferível contar com um número maior de Parlamentares do que apenas a Deputada Jaqueline Roriz, a nossa Presidenta, Deputada Perpétua, a minha pessoa e rapidamente



algum outro Parlamentar que passou por aqui, porque de fato trata-se de assunto da maior relevância e da maior seriedade, algo que o Parlamento precisa discutir.

Em segundo lugar, o que vimos na Mesa foi cada um atirando para algum lado, não necessariamente contraditório, em alguns casos sim. Somando com a audiência da amanhã, vi um quadro confuso dessa situação.

Vou procurar colocar, muito modestamente, algumas visões a respeito.

Em primeiro lugar, discutindo um pouco o que o Sr. Feitosa abordou, há um trauma da sociedade brasileira em relação à atividade de inteligência por razões óbvias. Vivemos durante muito tempo num regime autoritário, quando havia um sistema de inteligência que permeava a vida da sociedade de todas as formas, sobretudo na administração pública. Como aconteceram muitas coisas, o momento posterior foi exatamente o oposto. Tínhamos um regime autoritário e vivemos posteriormente tempos em que muitas vezes faltou autoridade. Vivemos uma situação, no passado, quando de fato havia uma rede de inteligência onipresente, cujo objetivo principal era o controle interno, sobretudo em cima do próprio serviço público e passamos a viver hoje uma fase exatamente o contrário disso: “desequipamento”, desatenção, despreparo. E mais, vimos uma depreciação da atividade de inteligência naquilo que ela tem de fundamental. Se existe algum consenso aqui, e certamente há opiniões diferenciadas nesta Mesa, trata-se de atividade importante.

Um País influente e importante como o Brasil não pode prescindir de uma inteligência que funcione e que se informe, que, por um lado, passe àqueles que tomam as decisões a melhor informação e a melhor análise possível de se conseguir e, por outro lado, haja preventivamente sobre todo espectro de ameaças que podem se fazer presentes aqui.

Vi uma certa tensão na exposição do Prof. Carmona.

Vamos precisar o que vem a ser potências centrais. Vamos dar nomes ao bois. Se, na visão dele, a finalidade da inteligência brasileira é nos proteger do inimigo externo, e esse inimigo externo são os Estados Unidos, parece-me uma visão simplista. Parece-me que os Estados Unidos podem, sim, ser um problema em determinadas circunstâncias, sobretudo dependendo de quem for a administração em Washington, mas essa é uma visão um pouco dos anos 50 ou dos



anos 60, só que ao contrário. Acho que nem eram os Estados Unidos nem era o Bloco Soviético naquela época.

Acho que o Brasil é um país que está abrindo seu caminho. Temos momentos de convergência e de divergência como esse ou aquele país. Temos um contexto, digamos, geopolítico, como foi colocado aqui, que por um lado nos deixa numa situação relativamente confortável em relação a mil outras situações de outros países que possamos imaginar. De fato, o Brasil é um país dentro de um quadro geopolítico relativamente confortável, mas temos rivalidades, temos ameaças, temos uma série de questões que pairam.

Então, na verdade, o nosso serviço de inteligência em primeiro lugar tem de ser absolutamente autônomo e independente e com os meios de sê-lo. Por outro lado, não deve seguir orientações ideológicas nem para o lado de cá, nem para o lado de lá. Deve procurar ver a cada momento qual é o interesse nacional e quais as ameaças que se projetam sobre o nosso País e agir de acordo.

Vários de nós teremos visões diferentes sobre a hierarquia das ameaças que pairam sobre o nosso País. Eu tenho a minha.

Também discordando de que não existem ameaças globais, qual vai ser o meu critério? O meu critério vai ser da capacidade de dano que essa ameaça tem ao longo de algumas décadas de incidir sobre nós. Qual é a capacidade de dano da ameaça? Eu diria que a principal ameaça de defesa nacional que vejo nos próximos 50 anos é o aquecimento global e as mudanças climáticas. Elas podem provocar ao nosso País, em cima da nossa economia, do nosso território, da nossa sociedade, impactos muito maiores do que eventualmente outras ameaças mais conjunturais que neste momento estejam dando até um IBOPE maior na imprensa.

Podemos ter um processo de virtual destruição da Floresta Amazônica e transformação da Amazônia numa Savana. Poderíamos ter uma desertificação aguda do Semiárido nordestino e podemos ter uma multiplicidade de todas essas coisas que já vêm acontecendo na Região Sudeste, que são esses fenômenos meteorológicos extremos exacerbados. No mínimo é necessário o nosso sistema de inteligência, à semelhança dos de outros países, passar a estudar com seriedade essa ameaça que são as mudanças climáticas. Essa é uma questão.

A segunda questão: ameaças, ainda dentro dessa ordem.



Nós, graças a Deus, desde o Barão do Rio Branco, temos uma situação muito confortável de não inimizade com os países vizinhos, mas existem países vizinhos que passam por situações internas que podem gerar conflitos agudos, no limite até de situações de guerra civil, que poderão extravasar para dentro do território nacional.

Dois ou três países vizinhos eventualmente, dentro de uma visão relativamente pessimista, poderiam no futuro produzir esse tipo de fenômeno que, claro, nos impacta, como já nos impactou no passado o processo de narcoterrorismo na Colômbia. Houve um momento em que de alguma forma ele incidiu, houve um incidente grave, e por aí vai.

Vejo que isso é também algo que merece um planejamento de contingência e um trabalho sistemático de coleta de informações e formulação de políticas.

Depois, temos o que foi discutido aqui, durante toda a manhã, a questão do terrorismo internacional — o terrorismo jihadista, o terrorismo circunstancial de Estados ou de forças políticas que numa certa circunstância podem vir a recorrer novamente a esses métodos.

Na parte da manhã, eu citei o que aconteceu em Buenos Aires, em 1992 e 1994. Uma questão para mim permanece duvidosa em relação ao que foi colocado aqui pela ABIN, na audiência que convoquei no ano passado. Existe dentro dessa hierarquia outra ameaça seríssima que foi aqui citada e que tem sido aquela com que temos nos defrontado de forma mais direta. E ela quer a quebra do monopólio das Forças Armadas sobre o armamento de guerra e a ocupação territorial exercida por bandos armados ligados ao narcovarejo. É a situação do Rio de Janeiro, que começa a ser derrotada com o precioso concurso das Forças Armadas e com uma série de esforços de inteligência que foram realizados.

Depois, circunstancialmente, algumas questões foram aqui levantadas e eu as colocaria nessa ordem: espionagem industrial, sabotagem econômica, enfim, coisas desse tipo destinadas a nos abalar em nossa competitividade econômica, quer no segmento agrícola, quer no segmento industrial. Tudo isso pode acontecer, mas eu acho que devemos ter uma clara hierarquização das ameaças que pairam sobre nós, por um critério muito objetivo de qual é a ameaça que pode provocar



dano maior. E para mim, até segunda ordem, posso estar enganado, eu vejo nessa ordem.

Penso que — e isso foi aqui discutido de manhã — existe, neste momento, a necessidade de se voltar o sistema de inteligência brasileiro para esses eventos importantes que vão acontecer. Eu discordo um pouco da avaliação que foi feita, na parte da manhã, pelo representante da ABIN, de que os riscos de um atentado terrorista durante qualquer uma dessas atividades é considerado baixo. Eu não me arriscaria a ir tão longe; eu consideraria médio, vendo tudo isso que foi discutido — ameaças de guerra no Oriente Médio, ameaça de um ataque israelense às instalações nucleares do Irã, o possível extravasamento disso sob forma de terrorismo, aproveitando facilidades operacionais que se podem oferecer.

Eu acho que, de fato, tem que haver um dever de casa sério em relação a isso. Concordo que 90%, diria até mais, acho que 97% das informações a serem analisadas não fazem parte de um trabalho de coleta de inteligência sensível, digamos assim. É poder processar, analisar, de forma aguda, esse mar de informação que existe disperso por aí, notadamente na Internet.

Dizem, não sei se é verdade, que seria, em tese, possível até fabricar uma arma nuclear com base nas informações que hoje se encontram na Internet. Pode ser um pouco de exagero; mas, pelo menos, em termos de referencial técnico.

Nós temos hoje um volume de informações disponíveis, mas o problema é exatamente o contrário: a tendência nossa, nos tempos que correm, é sermos afogados pelo volume de informações que estão disponíveis, sem sabermos como hierarquizá-las concretamente.

Enfim, para concluir essa colocação, penso que há uma situação nova, um mundo novo, um contexto novo, e é preciso que nós, conjuntamente, com muito cuidado, tendo muito presentes sempre as lições do passado, de fato, consigamos construir um sistema de inteligência que seja eficaz na sua capacidade de coleta e processamento de informação e oferecimento, àqueles que detêm o poder político, das alternativas para a tomada de decisão.

Evidentemente, concordo, temos que avançar muito em termos legislativos, e esse sistema tem que ser dotado de certos poderes que hoje ele não tem. Por outro



lado, outras instituições nacionais têm que se formatar, de uma maneira a poder atender.

Por exemplo, estamos falando claramente das interceptações telefônicas. Numa democracia, nunca se deixaria a um serviço de inteligência a capacidade de decidir quem deve ou não deve ser grampeado; tem que haver uma autorização judicial. Por outro lado, não se pode esperar 10 dias, 20 dias por uma autorização judicial. Num momento delicado, tem de haver uma equipe de juízes preparados para, a qualquer momento, dar essa autorização, no momento que for necessário.

Tem que haver, ao lado do sistema de inteligência propriamente dito, uma série de espelhos dentro das outras instituições que possam interagir de forma eficaz com ele.

Bom, dito isso, passo a palavra, e brevemente a presidência, daqui a 10 minutos, à Deputada Jaqueline Roriz.

A SRA. DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, senhores palestrantes, vou ser bastante breve porque já me expus pela manhã e saí um pouco frustrada. Eu queria mais informações.

Eu não sou tão erudita quanto o Deputado Alfredo Sirkis, eu sou meio povão, então, vou colocar o seguinte. Digamos que um turista estrangeiro foi a Belo Horizonte assistir à Copa e resolveu ir a Ouro Preto. Lá em Ouro Preto, ele teve um grande problema. Vai existir uma interação entre Polícia Federal, municipal e estadual, para esse turista que teve um problema ser atendido? Como vai ser isso? E o dever de casa do Congresso? E a PEC 300? E se os policiais resolverem entrar em greve na época da Copa do Mundo ou no ano que vem, na Copa das Confederações? Nós não chegamos a nenhum ponto. Não conseguimos discutir a PEC 300. E se eles entram em greve?

Essas são questões básicas, pequenas. E eu não estou nem preocupada, quer dizer, estou preocupada e muito com a inteligência. Mas e as questões simples, elas estão sendo pensadas?

Pelo pouco que sei, o ataque às Torres Gêmeas foi programado 6 anos antes — não sei se é verdade. Da primeira vez que eles se reuniram para fazer curso de aviação, até o dia do atentado, passaram-se 6 anos. Se existe alguma operação, já



se sabia há 3 anos que a Copa do Mundo seria aqui? Já existe alguma coisa acontecendo nesse sentido, atos terroristas sendo programados?

Então, são coisas que no dia a dia conversamos com as pessoas. Existe essa ansiedade. Quando o Congresso começa a discutir, eu vejo que ainda não conseguimos ter respostas.

Essa é a minha ansiedade de sociedade civil, não como Parlamentar, mas como uma simples ponta que está lá.

Eu vou a Santa Maria, uma região onde a renda é inferior à renda do Plano Piloto, mas as pessoas estão preocupadas. Como vai ser isso? Então, existe essa ansiedade. Vamos ter que ter muitos debates e mais explicações.

Eu gostaria de ter da ABIN mais informações, não superficial, de como vai ser. Quantos agentes tem hoje a inteligência? Como é feito isso? Essa é a minha preocupação, a minha angústia, e de pessoas que conversam comigo. Eu estou expondo-a aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Agradeço-lhe e convido-lhe a assumir a Mesa, porque infelizmente vou ter que sair. Tenho um compromisso inadiável. Estou achando ótima a discussão, mas infelizmente tenho que sair. Vou tentar voltar ainda a tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Assumindo a Presidência, vamos partir agora para os debates. Gostaria de saber quem quer começar.

Com a palavra Denílson Feitoza.

O SR. DENÍLSON FEITOZA - Eu fico imaginando, primeiro, que não podemos... Existe um livro chamado *First Things First — Primeiro as Primeiras Coisas*. Ou seja, nós temos que cuidar das prioridades. Não podemos colocar as coisas, penso eu, respeitosamente, da forma... Nós temos que primeiro resolver isso para depois resolver aquilo. Ou seja, a atividade de inteligência é prioridade. É como a mulher da gente em casa. Hoje na hora do almoço liguei para ela, falei: “*Te amo, estou morto de saudade.*” Acabei de deixá-la agora. Por quê? Porque ela é prioridade.

A inteligência é prioridade. Não podemos nos deixar consumir pelas urgências. Vamos fazer uma comparação com Minas Gerais. É como se



estivéssemos sentados aqui, agora, discutindo numa linha de trem, e as ameaças estão vindo, aquele trem (*o orador imita o som de um trem*), e não estamos vendo-o. Ou seja, daqui a pouco esse trem vai atravessar essa parede, não vai sobrar nenhum de nós, ou um ou outro vai cair para um lado.

A atividade de inteligência tem uma especificidade, é inerente ao Estado. Não há como existir Estado sem haver atividade de inteligência. E ela é capaz de resolver uma parte. Ela não é alguma coisa para resolver tudo. Mas existe uma parte das nossas competências constitucionais que só podem ser resolvidas por meio da atividade de inteligência. E ela trata de coisas muito graves.

Eu estava vendo um colega da Polícia Federal que defendeu muito bem o ponto de vista. Mas o fato é que a inteligência não é só organização, não é só atividade, não é só produto, que seria o conhecimento de inteligência, não é só método, não é só sigilo. A atividade de inteligência para ser realmente atividade de inteligência tem que ter objetivos substanciais.

As boas práticas internacionais indicam que não pode haver uma competência genérica do tipo política externa. Política externa o quê? Segurança interna. Mas que segurança interna? Defesa, mas defesa é vago demais. Por isso a Política Nacional de Inteligência é algo tão central, tão importante. Nós precisamos de objetivos. Precisamos de objetivos fundamentais, objetivos nacionais que de maneira especificada a atividade de inteligências esteja perseguindo.

Agora, imagine uma coisa desse tamanho, objetivos que são fundamentais, essenciais ao Estado brasileiro entregues na mão da ABIN. Esse regime deveria olhar para um oficial de inteligência da ABIN e ter o respeito que temos quando olhamos para um delegado da Polícia Federal. Nós deveríamos olhar para um oficial de inteligência dedicado à inteligência de defesa como se estivéssemos olhando para um promotor de Justiça. Todo mundo diz: "*Oh, Ministério Público, defensor da sociedade!*" Mas não, parece que a atividade de inteligência está pedindo desculpas e licença para ser o que é.

A inteligência de defesa está prevista numa portaria do Ministério da Defesa, como se o Brasil tivesse ignorando completamente os riscos que se põem no seu horizonte.



Menos de 2% da água do mundo é doce. Existe gente que pensa que água doce está sobrando. Não, gente! Menos de 2% da água do mundo é água doce. Ela não se distribui igualmente no mundo. O Brasil é um felizardo de água doce, impressionante! Nós já sabíamos que entre 2040 e 2050 mais da metade do mundo não vai ter acesso a água doce. Hoje já existem países inteiros sem água doce. E nós estamos lavando carro com água doce, estamos contaminando talvez a terceira maior reserva do mundo de água doce, estamos contaminando os nossos lençóis aquíferos.

Enquanto isso os Estados Unidos, que é a nação amiga, o que é muito importante dizer... A inteligência não lida tanto com inimigos, ela lida com relações adversárias. Nós temos que ter cuidado inclusive com os amigos. Temos que aprender a nos proteger inclusive dos amigos. Mas é importante fixar que Estados Unidos é nação amiga, não são inimigos, não é essa linguagem para os Estados Unidos. Nós estamos juntos aqui, bem colocado pelo Deputado Alfredo Sirkis. Agora, eles estão se posicionado na Colômbia.

Por quanto tempo o resto do mundo, onde a água doce está secando, vai deixar-nos contaminar a terceira maior reserva do mundo de água doce, lavando carro, jogando-a na rua? Quando precisarmos dessa água doce, ela já vai estar contaminada. Por quanto tempo achamos que o nosso território realmente vai ser nosso? Hoje já se fala claramente — Estados Unidos, Reino Unido, França —, declarações públicas, que a Amazônia tem que ser tirada de nós, porque ela é pulmão do mundo e não estamos cuidando dela. E nós não temos capacidade de defesa. A verdade é essa.

As nossas Forças Armadas estão sem os recursos adequados, e olha que não sou ufanista, não sou militar, eu sou um civil. Estamos sem capacidade de defesa, imaginando que o nosso horizonte será de paz e amor para sempre. Nós não queremos atacar ninguém, só queremos ter uma expressão de poder capaz de defender os nossos interesses, só isso. Poder sentar à mesa e dialogar de igual para igual, porque o mundo, o sistema, é anárquico. Falamos de ONU, organismos multilaterais, mas o mundo é meio anárquico, é meio na base do *“eu tenho a força e sou capaz de botar na mesa os meus interesses.”*



Nós temos aqui uma colega da Secretaria de Inteligência. O orçamento da Secretaria de Inteligência da Argentina é reservado, sigiloso, mas há indicadores de que o orçamento da Secretaria de Inteligência da Argentina, que só tem 40 milhões de habitantes, e nós temos mais de 190 milhões, é proporcionalmente quatro vezes maior do que o orçamento da ABIN.

Como uma agência central, a ABIN, ou o sistema de inteligência e defesa vão cumprir o seu papel, se não existem orçamento, disponibilidade financeira, uma legislação para dar segurança ao oficial de inteligência para fazer o que faz e a sociedade confiar nisso? De fato houve um trauma. Não vou avaliar. O Deputado Sirkis colocou isso. Evidente que houve um trauma, interceptações telefônicas, infiltrações, histórias, coberturas e técnicas de entrevistas. E eu não falo nem da técnica de interrogatório, que é meio pesada. Foram muito usadas ali, entre 1964 e 1985, mas esse tempo passou. Nós estamos em outro momento histórico. Nós temos que ter capacidade.

Parece que esse trauma que sofremos nos levou a uma ingenuidade diante dos riscos que se colocam em nosso horizonte. Temos que ter coragem de ultrapassar essa fase histórica e assumir o nosso destino. Assumir o nosso destino é uma questão do nosso próprio povo brasileiro. Precisamos continuar a crescer para termos os recursos necessários e dar conta de toda essa população, que já são 190 milhões. E estamos apegados, com trauma histórico, não queremos fazer a passagem para o Estado Democrático de Direito.

Nós precisamos — eu já falei isso na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado — atacar essas questões da Política Nacional de Inteligência e das operações, ações de busca e técnicas operacionais. Eu estou convencido de que, em algumas técnicas operacionais e ações de buscas, a sociedade e os políticos só vão confiar na atividade de inteligência, se nós fizermos alguma coisa que Estados Unidos, Canadá, Argentina, Países Baixos, Reino Unido e até a Espanha fizeram. Algumas ações mais invasivas têm que ter autorização judicial, têm que ser na área federal, no caso da (*ininteligível*), um juiz federal, como existe nos Estados Unidos, no Canadá. A própria Argentina tem isso. Certas coisas, como infiltração, eu fico imaginando... É brincadeira acreditarmos ser possível fazer uma inteligência séria no País sem interceptação de sinais.



Tudo bem que o artigo 5º da Constituição da República diz que a interceptação de comunicações é só para fins criminais, mas ali está falando de cidadão brasileiro e de estrangeiros residentes de maneira permanente no Brasil. Agora não queremos fazer interceptação nem de um estrangeiro que esteja passando com uma bomba dentro do País? Como uma inteligência séria vai fazer inteligência sem interceptação de sinais? Nós temos que ter coragem de enfrentar isso, gente!

Enquanto isso, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido têm legislação dizendo que pode fazer interceptação nossa. Neste exato momento, Deputada Jaqueline Roriz, o seu telefone pode ser interceptado pelo Projeto Echelon.

Houve um estudo sério no Parlamento europeu, demonstrando que existe o Projeto Echelon — Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. Por isso que o Parlamento Europeu fez isto: *“Eu não admito que você, Reino Unido, esteja aqui na Europa tendo acesso aos nossos segredos econômicos industriais, científicos e tecnológicos.”* O Parlamento Europeu determinou um estudo seríssimo, profundo, que está disponível, é o controle parlamentar, provando que o Projeto Echelon existe realmente. Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, eles têm capacidade de fazer interceptação, conseguem interceptar nossos telefones, nossas comunicações, nossa Internet.

Se os senhores querem se sentir muito seguros, por favor se comuniquem. Eu fiquei impressionado quando vi o *pen drive*. Gente, o que é um *pen drive* com criptografia, quando é possível interceptar fax, celular, rádio, telefone fixo, Internet? *(Riso.)* E os Estados Unidos, eu estou aqui com essa lei, nesse estudo pós-doutoral sobre inteligência. Existe a Executive Order 12.333, um decreto presidencial dos Estados Unidos, dizendo que eles podem fazer isso para efeito de inteligência econômica. Eles podem futucar tudo que fazemos na área econômica. Isso é permitido pela legislação deles. Eles são amigos, mas nós temos que fazer a lição de casa e temos que aprender a nos defender.

Eu estava ouvindo aqui um colega falar, na parte da manhã, e fiquei triste: *“Estamos fazendo curso aqui com os Estados Unidos e Reino Unido.”* Estados Unidos e Reino Unido são nações amigas, nós queremos bem a eles, queremos ser



parceiros, mas eles nunca vão nos ensinar nada realmente importante na área da inteligência.

Eu gosto desta expressão: QBRN, bacana — *Chemical, Biological, Radiological and Nuclear*. Nós estamos fazendo cursos, e isso eles vão ensinar. Mas a atividade de inteligência eles vão fazer conosco durante 20 anos, que é a Escola das Américas. Eles recrutaram profissionais de inteligência no País inteiro, e eles nos ensinaram o que sabemos fazer. Não conseguimos identificar espião neste País. Um ou outro, se achamos que é árabe, já achamos que é espião, gente! Por quê? Porque a nossa doutrina de inteligência foi voltada para ser uma extensão da doutrina de segurança dos outros países, tratando nosso cidadão como subversivo. Isso passou, gente!

Se querem um curso sério de inteligência, façam no Brasil mesmo. Criem esse curso, enfrentem isso e parem com esse negócio de capacitação, que é memorizar doutrina. Isso está ultrapassado, tem que ensinar a análise de mídias sociais, análise de risco, técnica de cenários e não memorizar doutrina e repetir: “*É isso aqui que a gente está fazendo*”, ou achar que os Estados Unidos e Reino Unido vão nos ensinar isso. Nós temos muito que aprender com eles, não é pouco não, mas devemos perder a ilusão. Nós temos que assumir nosso destino com as mãos.

Ouvi isso pela manhã, por isso que eu fiquei meio desesperado. Nós reservamos 1 milhão de reais. É assim que se faz controle parlamentar. Damos números, dados. Minas Gerais reservou 1 milhão de reais do seu próprio orçamento, que vai ser executado este ano ainda, para capacitar 300 pessoas no Centro Integrado de Comando e Controle de Minas Gerais. Já estão aí 300 pessoas. Mas não é ensinando memorizar a doutrina, mas ensinando realmente o que um analista precisa de verdade, ou que alguém numa área de operações precisa de verdade.

Eu vejo colegas falando assim: “*Inteligência é o que a gente fazia há 30 anos.*” Estados Unidos, que é a principal potência econômica do mundo e o maior orçamento do mundo em inteligência, muda sua doutrina duas ou três vezes por ano.

Sra. Deputada, imagine o que é mudar uma doutrina de inteligência de um país do tamanho dos Estados Unidos. Nós nos orgulhamos de ter a mesma doutrina há não sei quanto tempo. Chegou a hora de assumirmos a nossa posição no mundo



e fazemos nossa lição de casa. Querem capacitação de inteligência? Produzam isso, criem o próprio produto. Querem uma atividade de inteligência forte? Produzam uma legislação que permita isso.

Nós precisamos de uma legislação e de controle parlamentar. Eu tenho vários estudos aqui. São mais de cem países, comparando legislações, etc e tal. Está mais do que claro que não existe inteligência forte sem controle parlamentar forte. Enquanto a CCAI não assumir o seu papel de controle da atividade de inteligência, a sociedade não terá segurança para assinar o cheque. Quem quer assinar um cheque de uma coisa secreta? É preciso controle parlamentar. E só é possível se fazer o controle parlamentar de verdade se houver Política Nacional de Inteligência, porque não se pode controlar somente a legalidade. É preciso controlar também a eficácia.

Desculpem-me ter-me estendido tanto, mas é que eu fiquei um pouco assustado de manhã. Nós temos conquistas do tamanho de um Centro de Defesa Cibernética que parece que o Exército e o Ministério de Defesa quase precisam pedir desculpa porque estão fazendo isso. Essa é a situação. Um dos maiores avanços e uma das maiores ameaças que temos hoje é o ciberespaço. Há pessoas que só têm Internet na cabeça e acham que ciberespaço é a mesma coisa que Internet — Internet é uma das coisas.

Em Minas Gerais, tem-se um ciberespaço do controle via computadores na transmissão de energia no Estado. Se for atacado, a energia em regiões inteiras do Estado de Minas Gerais para. Tem-se controle de água, trânsito — tudo isso é ciberespaço. Nós somos vulneráveis a isso. Os ataques cibernéticos são uma das principais ameaças que nós vivemos.

Portanto, temos de parabenizar o Exército por ter tido a coragem de fazer o Centro de Defesa Cibernética — lamentavelmente não vai poder colocar a expressão “do Exército”, porque o projeto será assumido pelo Ministério da Defesa. Mas é um dos grandes avanços. Nós temos quase que pedir desculpas por estarmos fazendo uma coisa como esta, porque não tem futuro para o Brasil.

Eu gostaria de destacar o seguinte. Nós não podemos pensar assim: nós, primeiro, vamos cuidar disso para, depois, cuidar da área cibernética. Sabem o que vai acontecer? Cai a energia elétrica numa região inteira do País, e ninguém saberá



o motivo. (*Riso.*) Não se consegue mandar as viaturas aonde deveriam ir. É o ataque cibernético. Cibernético não é apenas Internet. É muito mais amplo que isso. E nós estamos extremamente vulneráveis. Essa é uma das principais ameaças que nós temos. Não podemos esperar fazer isso para depois chegarmos à área cibernética. O Brasil vai ter que aprender isso tudo junto. Nós não somos criativos? Não somos brasileiros? Vamos ter que aprender a fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Desculpe-me, Deputada. Foi um prazer enorme estar aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Eu agradeço. Ficou bem claro, como o senhor disse, que o Congresso Nacional tem o seu papel fundamental, que é criar agora leis e perceber que é necessário haver normas, até para a inteligência funcionar. Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Carmona, que me havia pedido.

O SR. RONALDO CARMONA - Sra. Presidente, eu pedi a palavra porque entendi que o Deputado Alfredo Sirkis, que infelizmente teve que se retirar, dirigiu uma questão a mim, quando me perguntou o que eu denomino potências centrais.

Sinceramente, eu acho desnecessário nomear o que são potências centrais, já que todos nós aqui sabemos. Evidentemente, potências centrais, como se conhece no debate sobre relações internacionais, são justamente aqueles países que detêm posição de poder no sistema internacional desde, especialmente, a Segunda Guerra Mundial, quando se conforma o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Portanto, acho desnecessário nomeá-las, porque me parece ser uma obviedade. De qualquer maneira, parece-me — esta foi a tentativa que eu busquei expor na minha primeira intervenção — que hoje o sistema internacional apresenta uma importante característica que é, por um lado, a tentativa dos países detentores do poder internacional ou do *status quo* no sistema internacional de prolongar no tempo a sua ação hegemônica no mundo, ao passo que outros países, outros polos de poder, buscam ascender no sistema internacional e, assim, alterar uma ordem internacional essencialmente congelada desde a Segunda Guerra Mundial.



Portanto, ocorre um choque inevitável entre os que querem manter sua posição no sistema internacional e os que querem ascender no sistema internacional.

Poderia aqui dar múltiplos exemplos do que vem a ser esse tipo de choque. O primeiro deles, do ponto de vista brasileiro, é um tema caro, e diz respeito ao problema da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Existe uma movimentação para bloquear iniciativas de reformas nesse Conselho e, portanto, bloquear a ascensão dos novos polos de poder a esse núcleo do sistema internacional, mantendo, assim, uma ordem internacional congelada como foi configurada no imediato pós-guerra, em 1945.

Poderia dizer que existe um choque de opinião entre os países emergentes e os países detentores do *status quo*, a exemplo das virulentas reações expressadas por parte dos países centrais em relação à iniciativa capitaneada pelo Brasil e pela Turquia sobre o chamado Acordo de Teerã, quando se buscou, sob a bandeira da paz, resolver um problema crônico de segurança internacional, permitindo, portanto, que o Irã, a exemplo do Brasil, tivesse condições de desenvolver um programa de geração de energia nuclear com fins pacíficos.

Poderia também nomear um caso importante ocorrido recentemente, de confronto de opiniões entre o mundo que ascende e o mundo que quer manter o seu poder: a diferença de enfoques observada nas votações do Conselho de Segurança das Nações Unidas relacionadas ao problema da Líbia. Nessas votações, os BRICS e a Alemanha adotaram certa postura de um lado e a União Europeia, nomeadamente a França e a Inglaterra, juntamente com os Estados Unidos, adotaram uma postura de outro, a qual todos nós conhecemos.

Assim também são diferentes as abordagens que dizem respeito, por exemplo, à situação do Irã, em que alguns querem manter iniciativas que tendem à guerra e, portanto, contrariam interesses essencialmente dos países BRICS, de desenvolverem a paz nesse conflito. Há até mesmo a questão da Síria, em que se busca reeditar, com base nesse conceito de responsabilidade de proteção, tentativas de a comunidade internacional se imiscuir em contextos de guerra civil ou de confrontação interna.

Como se deu na Líbia, se dá agora na Síria, portanto, tenho bastante claro quais são os países centrais e como os seus interesses se chocam com os



interesses dos novos polos de poder que ascendem no mundo. Queria dizer estas palavras primeiramente, em atenção ao que mencionou o Deputado Alfredo Sirkis.

Eu gostaria de colocar aqui mais uma questão, Deputada Jaqueline Roriz. Concordo com a visão de que nós precisamos, de fato, virar a página — várias pessoas e o próprio Deputado Sirkis se referiram a isso — em relação à resistência que setores da sociedade brasileira teriam para ativar um serviço de inteligência robusto, tendo em vista problemas passados.

Eu gostaria de destacar que acho que houve um importante avanço no Brasil, nos últimos anos, no sentido de justamente se superar aquela velha visão que, por vezes, passou a ser do próprio Estado brasileiro, que considerava brasileiros como inimigos, na forma de subversão. Essa conceituação, essencialmente, divide os brasileiros, divide a Nação e serve aos interesses das forças hostis ao desenvolvimento do nosso País.

Acho que hoje podemos dizer que logramos superar essa visão herdada da Guerra Fria, na qual o Brasil, por suposto, pensando com sua própria cabeça e com sua própria visão de mundo, jamais poderia ter embarcado, pois é uma visão que, por certo, não atendia, como não atende, ao interesse nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Obrigada, Dr. Ronaldo Carmona.

Queria registrar a presença do Deputado Eduardo Azeredo.

Passo a palavra agora ao Sr. Luiz Alberto Santos Sallaberry para os esclarecimentos que julgar pertinentes e suas considerações finais.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY - Deputada, primeiramente, mais uma vez, registro que nos alegra bastante a divergência de ideias, que, acho, este fórum deve estimular.

Vejo aqui o Dr. Feitoza com o sangue quente, um homem de ideias bastante mercuriais — na linha positiva do mercurial. Nós que já temos uma pequena estrada nessa atividade, que estamos há 32 anos nessa caminhada, ficamos muito felizes quando ouvimos posições defendidas de forma bastante veemente, sobre questões de fundo que nos interessam bastante dentro da atividade de inteligência. Vejo que o nosso companheiro que acabou de se manifestar vai na mesma direção.



Esse, de fato, deve ser um exercício bastante profundo dentro da sociedade brasileira, portanto, iniciativas como essa devem ser ampliadas e aprofundadas. Não criamos nenhum tipo de embaraço quando divergimos.

Um dos conceitos que ouvi aqui foi sobre hierarquização das ameaças. Parece-me extremamente perigoso hierarquizar ameaças, e até deixo essa ideia como reflexão não só para as pessoas que estão na Mesa, como para a audiência, pois certamente isso irá depois para um arquivo do Senado, onde poderá ser consultado. Na nossa visão, hierarquizar pode ser uma nova vulnerabilidade.

Em segundo lugar, eu queria deixar uma mensagem principalmente ao Dr. Feitoza, solidarizando-me com o nosso Delegado Wellington. De fato, nós temos problemas profundos não resolvidos na atividade de inteligência — quanto a isso nós nos compactuamos totalmente —, do ponto de vista da legislação, do ponto de vista de um legado ainda muito negativo de um período difícil no nosso País.

Há muitas imprecisões em coisas que são ditas, inclusive, por historiadores importantes, imprecisões e incorreções — eu diria com toda tranquilidade — em relação ao que houve efetivamente naquele período. Ainda é um período histórico bastante recente e, talvez por isso, grande parte das pessoas, ainda não teve oportunidade de fazer a passagem.

Mas penso que nós estamos no momento de aprofundarmos isso de uma forma bem pragmática, porque o nosso País está num ponto de onde não há mais volta. Essas ameaças não vão deixar de existir ou de ficar menos aparentes ou menos influentes, porque nós não conseguimos internamente resolver os nossos problemas. Então, penso que é um momento muito rico para aprofundarmos e ampliarmos esse tipo de debate, trazendo mais pessoas para ele.

A terceira questão, ainda falando ao nosso companheiro, é sobre a análise de risco. De fato, a ABIN fez um trabalho sobre análise de risco, no qual pegou frações de metodologias internacionalmente aceitas e comprovadas, adaptou-as a um modelo mais brasileiro e criou uma metodologia própria, denominada Metodologia Arena. Eu não sei se ela foi comentada aqui hoje, mas existe de fato.

Esse trabalho de análise de risco foi feito para as doze cidades-sede e entregue a cada Governador. Então, você que estará tomando posse como



secretário amanhã, provavelmente poderá ter acesso a essa análise tranquilamente, pois está com o Governador. Isso foi feito para as doze cidades-sede e é um fato.

Existem debilidades, mas, como o Delegado Wellington colocou, nós conseguimos avançar em alguma coisa. Hoje nós já temos uma parte de cooperação mais importante e, embora ainda na eminência de a política ser aprovada, nós já temos um rumo. Eu participei pessoalmente dos 2 anos de discussão da formulação dessa política, tive a felicidade funcional de participar desse período. Foi um grande debate, um debate extremamente duro, que gerou algo que, embora eu esteja absolutamente convencido de que não é o melhor que pode ser feito, certamente pode ser discutido e é um bom caminho para ser seguido neste momento.

Então, eu quero lhe deixar esta mensagem: foi feito um trabalho profissional de grande gabarito técnico, que foi entregue às autoridades, não só aos Governadores mas a vários Ministros de Estado que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Quanto à sua observação sobre atos terroristas, Deputada, de fato, nenhum ato terrorista, quando é planejado, ocorre assim: a Rio+20 começa no dia 6; as delegações principais chegam no dia 20; então, o cidadão chega aqui no dia 19. Não é assim que um ataque terrorista é perpetrado. Há uma questão de logística, de preparação, como a senhora colocou, dos aeródromos, e outros tipos de vulnerabilidades que existem neste País.

Nós já estamos trabalhando nessa questão há alguns anos, mas aí eu quero compactuar com ele em parte, pois, realmente os Estados Unidos não ensinam como a roda gira, mas naquilo em que nós não temos experiência, podemos aprender com outros atores. Então, lá nós fizemos um curso de gerenciamento de crise em grandes eventos, destinado a um grande evento que nem de perto tinha a magnitude do que nós vamos sediar agora, daqui a 1 mês e pouco, que foi os Jogos Panamericanos. Os instrutores eram pessoas aposentadas da CIA e do FBI. Nas apresentações, nós chamamos um desses indivíduos e perguntamos: *“Vem cá, vocês têm 26 agências de inteligência com um nível tecnológico altíssimo, orçamento de bilhões de dólares. Como é que vocês deixaram acontecer o episódio das Torres Gêmeas?”* Eles disseram: *“Pela vaidade das pessoas e das instituições.*



O fragmento de informações, o mosaico de informações estava disponível. Ele não foi juntado adequadamente, para que aquilo ocorresse”.

Os senhores e as senhoras imaginem: se isso ocorreu num país como os Estados Unidos, com tal desenvolvimento tecnológico e capilaridade mundial, que, na época, ainda era suficientemente maior, transfiram para a nossa realidade. Se nós não tivermos, efetivamente, um trabalho conjunto e juntarmos os poucos indícios interinstitucionais que temos, não vamos prosperar.

Mas reforço o que o Delegado Wellington disse: nós avançamos nessa área, não ainda adequada e convenientemente, mas um pouco mais. Então, já estamos trabalhando nisso há algum tempo, Deputada, o que não quer dizer que não vá ser tentado. Nós estamos fazendo um esforço muito compactuado, com serviços de inteligência estrangeiros e com o serviço de inteligência brasileiro, para prover aos órgãos de repressão e de segurança o máximo de informação nessa área.

Quantos agentes têm a ABIN? Certamente, não tantos quanto eu gostaria. Mas eu não sou o diretor-geral da ABIN, e essa é uma opinião absolutamente pessoal. Penso que nós precisamos crescer um pouco mais, tendo em vista as responsabilidades que todo esse conjunto de novos fatores está colocando para todos os órgãos de inteligência, especialmente para o órgão de inteligência de Estado, que é a ABIN.

No mais, eu acho que caminhamos muito bem nesta tarde. Estamos absolutamente abertos a responder sobre aqueles 95% em que a inteligência não é sigilosa. Métodos, processos e fontes são questões que se discutem internamente, dentro de um órgão de inteligência.

Muito obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jaqueline Roriz) - Muito obrigada, Dr. Luiz Alberto Santos.

Gostaria de passar a palavra, para as considerações finais, ao Dr. Paulo Roberto Cardoso.

O DR. PAULO ROBERTO CARDOSO - Deputada Jaqueline Roriz, é interessante essa abordagem. Eu quero apenas confrontar, de maneira adequada, aquilo que foi colocado e muito bem exposto pelo Dr. Denílson Feitoza, no intuito de que ele se tranquilize.



Na realidade, há atos legislativos e normativos que estabelecem as nossas competências e atribuições, os quais, certamente, o senhor conhece bem, não há necessidade de enfatizar. A leitura é que merece ser diferente, pois, na realidade, não há omissão, há apenas não divulgação. Esse talvez seja um termo interessante de ser abordado: nós não divulgamos aquilo que efetivamente fazemos.

Eu até estava aguardando aqui a exposição do Dr. Sallaberry, esperando que ele expusesse, se fosse de interesse da ABIN, o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, as várias atividades que temos desenvolvido. Não me cabe aqui falar sobre isso, tendo em vista que o órgão central não o abordou.

Mas, tendo em vista que há, nesta plateia, a participação de representantes de órgãos estrangeiros, eu quero apenas enfatizar ao senhor que a nossa estrutura existe e, apesar das dificuldades, tem se mostrado eficiente. Certamente ela está preparada para avaliar e, é claro, prevenir as autoridades em relação às ameaças, sejam as que foram muito bem apresentadas aqui pelo Sr. Ronaldo Carmona ou sejam as que foram relacionadas pelo Dr. Wellington.

Tenha certeza de que pode contar com a estrutura desse sistema. Eu só estou lhe direcionando a palavra, porque o senhor foi — entre aspas — “apaixonado” nas suas observações. Uma ameaça eu tenho certeza que a sua esposa não tem, a de perdê-lo, porque, pela maneira como o senhor abordou a questão, isso não é uma ameaça em sua casa.

Eu acredito que certamente esta seleta plateia que aqui prestigia o evento desencadeado pela Deputada Perpétua Almeida tem certeza de que os nossos efetivos, as nossas estruturas e os nossos meios estão trabalhando no âmbito das três Forças aqui presentes, para levantar as ameaças existentes e, é claro, prevenir as autoridades competentes de que tomem as decisões necessárias para enfrentar essas ameaças.

Dessa forma, eu quero colocar apenas uma mensagem positiva. Nós temos condições de aprimorar? Sim. Nós temos efetivos capacitados, temos efetivos que estão trabalhando nas análises de riscos para os próximos grandes eventos. Nesse contexto, eu pergunto: alguns dos senhores e das senhoras aqui presentes testemunhou, no passado recente, quantidade tão grande de eventos num único país, como ocorre agora conosco? Certamente enfrentaremos ameaças as mais



variadas possíveis. Mas eu acredito que, com a atividade hoje desenvolvida pela Presidência desta Comissão, pelo menos estamos, dentro do possível, divulgando aquilo que estamos fazendo para certamente enfrentar ameaças, dentro dos aspectos legais e em benefício dos interesses nacionais,.

Para concluir, Deputada, eu acredito que esta é, sem dúvida, uma oportunidade que não deve ser desprezada, pois dá aos ilustres palestrantes aqui presentes as condições de exporem os seus anseios e suas observações relacionadas ao tema solicitado, o da percepção de ameaças. Se nós avaliarmos aqui, tanto na parte da manhã quanto na parte da tarde, a percepção das ameaças não difere muito.

Apesar de não termos uma política nacional de inteligência, esta é uma oportunidade para divulgarmos essa situação. Nós temos a Resolução nº 02, da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, que está vigente e atende às expectativas do nosso País.

Acredito que, dessa forma, aproveitamos esta jornada como uma oportunidade de divulgar aquilo que estamos fazendo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Pela listagem, o Wellington vai fazer as suas considerações finais, representando a Polícia Federal.

Wellington, eu gostaria de ouvir um comentário seu a respeito de duas questões, para, antes de encerrar, retomar a palavra à ABIN. Portanto, eu queria ouvir o posicionamento da Polícia Federal e da ABIN sobre duas questões.

Primeira questão: as informações que nos chegam ao Congresso é de que setores estratégicos da Polícia Federal e da ABIN, no tocante à questão de inteligência, estariam sendo terceirizados. Procede essa informação?

Em segundo lugar, há ainda uma informação sobre essas tais malas de escutas. É fácil comprá-las? Há algum provisionamento de quantas malas para escutas legais existem hoje circulando no Brasil? São produtos vendidos, com facilidade, no Brasil ou têm que entrar clandestinamente?

Gostaria que respondesse a essas perguntas e fizesse as suas considerações finais. Depois, passarei a palavra à ABIN.



O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES - Deputada, aproveito a oportunidade para cumprimentá-la devidamente, o que não pude fazer em razão do meu atraso. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui presente e de acompanhar este excelente painel a respeito da atividade de inteligência no cenário brasileiro.

Vou rapidamente responder a essas duas perguntas, para passar às impressões finais que tive como representante da Polícia Federal.

Em relação à terceirização de setores estratégicos do Departamento de Polícia Federal, em especial a terceirização de pessoas que atuam na atividade de inteligência, a resposta é muito simples: não existe esse cenário dentro da Diretoria de Inteligência da Polícia Federal. Existe uma movimentação de algumas representações de classe da Polícia Federal, com resistência a debates sobre terceirização, por exemplo, de funcionários que atuam em funções administrativas nos aeroportos e na emissão de passaportes.

Esse é um debate que tem demandado a atenção do nosso Diretor-Geral, do Ministro da Justiça e das demais pessoas preocupadas com o tema. Tudo está sendo feito de acordo com as diretrizes e os interesses do Departamento de Polícia Federal, os quais, em última instância, reproduzem os interesses da sociedade brasileira.

Então, a tentativa é passar a atividade administrativa que pode ser repassada a pessoas que tenham essa atribuição, de modo que possamos conseguir maior força policial concentrada nas atividades de investigação criminal. Portanto, não existe isso especificamente em relação à Diretoria de Inteligência Policial, mesmo em consequência de tudo aquilo que debatemos aqui hoje.

Então, dentro da estrutura da Polícia Federal, não obstante a Diretoria de Inteligência ter um espelho bastante resumido e bastante ciente da sua natureza instrumental de auxílio à atividade de investigação criminal, nós sabemos das características da atividade de inteligência. É um conceito excludente não ter o policial que trabalha na área de inteligência lidando com dados de inteligência, e, sim, um terceirizado. Então, isso não existe.

Em relação especificamente às malas de escuta, os instrumentos que os órgãos de investigação, especificamente a Polícia Federal e os órgãos de



inteligência, têm à disposição para exercer as suas funções são os mais variados. As malas de escuta citadas pela senhora tiveram destaque na imprensa, nos últimos anos, em razão de alguns episódios — eu falei aqui de sucessos e de obstáculos enfrentados pela Polícia Federal. Houve diversas informações veiculadas na imprensa a respeito de um suposto uso indevido desse tipo de instrumento pela Polícia Federal e das facilidades de acesso. Tais questões foram divulgadas abertamente pela imprensa.

A posição oficial da Polícia Federal também é bastante transparente e tranquila. A Polícia Federal sempre pautou as suas atividades dentro de critérios e princípios de legalidade. As restrições que nós temos são positivas e estão dispostas diretamente na Constituição Brasileira.

Seria interessante se a nossa Constituição tratasse a atividade de inteligência com o grau de detalhe e atenção que foi dado à listagem das atribuições e responsabilidades da Polícia Federal dentro da defesa do nosso Estado Democrático de Direito.

Episódios particulares estão sendo tratados por investigações e procedimentos internos da Polícia Federal e pela Justiça. A forma como a Polícia Federal faz uso não só de malas de escuta como de demais instrumentos de investigação e de inteligência é toda ela pautada dentro dos nossos parâmetros: Código de Processo Penal, Código Penal, legislação esparsa e Constituição Federal.

Mesmo esses processos de investigação demandam o devido processo legal e um final conclusivo, para que se possa apurar o que a imprensa agregou de valor dentre as informações que vieram fragmentadas e o que efetivamente ocorreu, de fato, em pontos isolados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Wellington, só para reforçar a pergunta sobre essas malas de escuta.

É claro que eu sei que a parte da Polícia Federal é oficial. A pergunta é se a Polícia Federal tem conhecimento dessas que não são oficiais, que não estão à disposição das instituições públicas. Elas existem em circulação? Vocês tem números sobre isso? Em que eixo e setores elas estão?



O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Acho que a minha pergunta é basicamente a mesma, sobre essas gravações ilegais que são feitas.

Sabe-se que hoje é fácil comprar no exterior equipamentos para esse tipo de gravação. Nós já tivemos uma audiência semelhante a esta dois anos atrás, no Senado, exatamente sobre essa questão do guardião, como chamam esse equipamento, que acho que é israelense.

Existe algum controle desses equipamentos que não estão no poder da Polícia?

O SR. WELLINGTON SOARES GONÇALVES - De acordo com a percepção da Polícia Federal, também o Brasil está bem mais evoluído na questão do controle dos meios de investigação do que na questão do controle da inteligência por si só.

A Polícia Federal trabalha de uma maneira muito simples em termos da nossa atividade-fim, que é a investigação criminal, ou seja, trabalha por provocação da existência de um fato criminoso que demanda apuração. Sem isso, não há possibilidade de atuarmos.

Não obstante existam muitos comentários a respeito da existência de uma profusão de mecanismos de interceptação e gravações clandestinas no Brasil, sendo usados por terceiros não autorizados pela Justiça, a Polícia Federal só atua quando, de fato, nós temos acesso a informação suficiente. Mesmo que haja indícios, eles têm que ser fortes o suficiente para ensejar a instalação de inquérito policial para investigação.

Eu desconheço investigações de maior porte pela Polícia Federal que tenham confirmado a existência desses equipamentos sendo utilizados de maneira a causar danos a terceiros ou a instituições públicas. A própria Lei de Interceptação Telefônica também prevê a existência do tipo penal quando se fizer interceptação telefônica ou de sinais não autorizada pela Justiça. É crime e, portanto, com elementos suficientes, a Polícia Federal automaticamente atuaria em cima disso.

Então, o conhecimento que nós temos é o mesmo que tem trafegado. A partir do momento em que qualquer unidade da Polícia Federal no Brasil ou a nossa sede receber elementos suficientes para fazer uma investigação e apurar o uso episódico ou sistemático desse tipo de equipamento no Brasil, ela vai cumprir a sua atribuição constitucional e seguir em direção a isso.



Em algumas investigações tópicas, das centenas que já Polícia Federal tem feito nos últimos anos, encontra-se alguém utilizando alguma espécie de escuta ambiental, menções a maletas e interceptações telefônicas. Mas ainda não há nada que tenha conseguido o alcance que a imprensa tem dado a isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Sr. Wellington, representante da Polícia Federal.

Queira registrar a presença do Deputado Delegado Protógenes, junto ao Deputado Eduardo Azeredo. Lembro que passaram por aqui hoje, nas duas audiências que a Comissão realizou, os Deputados: Alfredo Sirkis, Antonio Carlos Mendes Thame, Átila Lins, Damião Feliciano, Janete Rocha Pietá, Jaqueline Roriz, Taumaturgo Lima, Vitor Paulo, Elcione Barbalho, Eleuses Paiva e Amauri Teixeira.

Com a palavra agora o nosso representante da ABIN, Dr. Luiz Alberto, para suas considerações finais.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY - Eu posso subverter a ordem e fazer as considerações finais para, depois, responder às duas perguntas?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Pode.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY - Obrigado. Vou ser breve.

Tivemos a oportunidade de aqui conversar a respeito das atribuições da Polícia Federal em sede de atividade de inteligência policial, ou seja, à atividade de inteligência aplicada ao que a Polícia Federal historicamente pôde utilizar para se preparar melhor para o enfrentamento das organizações criminosas.

A solução encontrada pela Polícia Federal foi desenvolver uma doutrina de inteligência que fosse aplicável ao combate dessas organizações criminosas dentro da Diretoria de Inteligência.

Eu gostaria de ressaltar alguns pontos a respeito disso aí, mesmo considerando os comentários dos colegas da Mesa após a nossa fala.

Especificamente em relação à doutrina, temos um tempo curto para falar a esse respeito, mas gostaria só de ressaltar que a nossa doutrina tenta acompanhar o passo que o Dr. Feitosa mencionou ali. Então, não se trata simplesmente de se criar uma doutrina estanque, decorar essa doutrina e aplicar aquilo como uma cartilha imutável para combater ameaças que são convenientes para um órgão que sejam combatidas. Muito pelo contrário, nós temos ciência, dentro da atividade de



inteligência e dentro da atividade de persecução criminal, de que as atividades são altamente mutáveis, adaptáveis. Conversamos muito sobre ameaças assimétricas.

Então, o crime organizado da década de 80 é completamente diferente da criminalidade organizada deste século. Cito por exemplo as conexões internacionais como um fator de agravante, o ciberespaço ou o terrorismo.

O que acontece? Essa doutrina, e não conseguimos enxergar doutrina de inteligência de forma diferente, tem que ser frequentemente adaptada, atualizada, em face das novas características das ameaças que são enfrentadas. Podemos estender isso também em âmbito de inteligência clássica. Quando se fala de contatos com países estrangeiros, sejam eles considerados inimigos, sejam nações amigas, eu me permito discordar levemente — se eu entendi bem o comentário — do fato de que, mesmo entre as nações amigas ou inimigas que têm interesses opostos aos nossos, ou que ameaçam os nossos interesses, pode-se sim conseguir informação valiosa para crescimento não só da atividade de inteligência, mas também das outras atividades do País. Eu acredito até mesmo que, às vezes, aprende-se muito mais com o que não se ensina do que com o que se é apresentado. Então, essa é a experiência que temos tido no desenvolvimento da nossa atividade.

Ampliando o espectro não só da atividade de investigação criminal, mas para efeito de interesse nacional, que seria o objeto final da atividade de inteligência, a nossa posição é muito tranquila no sentido de que enxergamos que interesses demais ou prioridades demais acabam representando nenhum interesse ou nenhuma prioridade.

Então, uma política brasileira que vá pautar a atividade de inteligência tem que ter um foco objetivo e conseguir progredir em cima de prioridades, mas prioridades poucas, para que sejam tratadas como prioridade. E a segurança pública, como representante da Polícia Federal, de maneira alguma, eu poderia excluir como uma dessas prioridades em âmbito nacional.

E, dentro da atividade de inteligência, nós buscamos também responder sempre a uma pergunta, que é a pergunta do “E aí?”. Há muitas doutrinas, há muitos conceitos, há muitas dificuldades, muitos desafios, mas, no final de tudo, principalmente em relação à natureza da atividade policial, nós temos uma



preocupação, que é voltar tudo o que se faz em sede de atividade de inteligência para a consecução de um objetivo prático. Se não conseguirmos ver, no final do túnel daquela inteligência estratégica que está sendo produzida para daqui a 20, 30, 50 anos em modelos de países como Estados Unidos, China e Rússia, então não vamos conseguir trabalhar de uma maneira adequada. A Polícia Federal também tem esse foco; ressalta e faz coro com os demais colegas presentes na Mesa que ressaltaram a importância da atividade de inteligência, mas gostaríamos de chamar a atenção para esse ponto.

Para finalizar, ressaltando a importância desse controle da atividade de inteligência pelo Legislativo e pelos demais Poderes da União, não só como representante da Polícia Federal e delegado da Polícia Federal, mas também como cidadão brasileiro, gostaria de registrar aqui que o fortalecimento desse controle, na nossa opinião, vai resultar no fortalecimento da atividade de inteligência em si, e o Brasil não pode prescindir de uma atividade de inteligência forte, robusta, dentro do papel que o País ocupa hoje no cenário nacional.

Agora, sim, concluí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao Dr. Wellington.

Como o Deputado Delegado Protógenes, que estava em outra audiência pública, pediu a palavra, o Diretor da ABIN vai-me permitir antes ouvir o Deputado também.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Obrigado, Presidente, colegas da área de inteligência que comparecem a este debate. Já explicada a minha pequena ausência, ou grande ausência, porque era para eu estar aqui desde manhã cedo com os colegas, e não foi possível.

Mas dá para se ter uma ideia da importância de nós estarmos aqui no Parlamento brasileiro a discutir a atividade de inteligência; a discutir um debate sobre a posição do Estado brasileiro diante dos desafios da inteligência, inteligência essa que nunca se levou a sério no Estado brasileiro, por parte do próprio Estado brasileiro. Nós, profissionais de inteligência, levamos a sério a nossa atividade, onde há uma total incompreensão da atividade—fim da inteligência.



Eu, enquanto Delegado de Polícia Federal — o Delegado Wellington está aqui, e eu estou até feliz ao vê-lo dando explicações com essa desenvoltura. Ele começou jovem, na Diretoria de Inteligência, e hoje é um dos quadros mais bem qualificados. Acho que a Polícia Federal acertou ao indicá-lo para estar aqui. Já vivíamos uma dicotomia muito grande. Não estou aqui querendo fazer exposição, mas apenas pontuar as nossas responsabilidades. Ou seja, ao fato de a atividade de inteligência ser relegada a último plano ou a uma atividade marginal, até hoje incompreendida na sua atividade-fim.

Existe, Deputado Azeredo, a atividade de inteligência policial, desenvolvida pela Polícia Federal, mas existe também uma atividade de inteligência de Estado que nunca foi percebida pelo próprio Estado brasileiro, nem por nós, dentro do Parlamento, nem pelo próprio Poder Judiciário, nem pelo próprio Poder Executivo, dada nossa cruel lembrança da atividade de inteligência no passado. Mas hoje há a necessidade. Está provado que há a necessidade de se reforçar, aperfeiçoar e dotar de instrumentos e mecanismos necessários a inteligência de Estado, não só a inteligência policial. Não é concebível os órgãos de inteligência de Estado não terem como captar ou coletar algum dado sem interceptação. Isso só no Brasil. Como é que só a atividade policial pode captar esse dado por interceptação telefônica, por interceptação de dados de *e-mail*, e repassar ao final à inteligência de Estado, talvez quando os dados já não interessam mais? Isso é inconcebível. Isso não existe. Então, a República está ameaçada.

Essa é uma grande ameaça ao Estado brasileiro. E, por nós, da própria Polícia Federal, havia uma incompreensão à época de nos contrapormos a isso, porque foi proposto um instrumento para dotar a inteligência do Estado do poder de captar esses sinais para preservar a soberania do País.

Então, esse é um dado preocupante, uma grande ameaça, porque, a todo tempo, estamos desestabilizados; o próprio Congresso se desestabiliza quando, muitas das vezes, nós, Congressistas, não percebemos as ameaças de desestabilização do Estado brasileiro. E nós, da Polícia Federal, eu mesmo particularmente, já coordenei algumas operações em que foram identificadas ameaças externas, colocando determinadas situações a desestabilizar o Estado brasileiro, por parte ora do Presidente da Câmara, ora do Presidente do Senado.



Isso é função da Polícia Federal. Isso é função minha. Eu, várias vezes, me deparei com isso e dizia: “O que é isso? Isso aqui é uma coisa muito maior”. A inteligência de Estado deveria estar ou se perceber... Disse à nossa Agência Brasileira de Inteligência que as nossas inteligências militares deveriam ser dotadas dos mesmos instrumentos, Marinha, Exército e Aeronáutica, como é feito em outros países.

Wellington, se nós não acompanharmos o que os nossos irmãos do norte têm de instrumento e dispositivos a seu favor para proteger os interesses dos Estados Unidos, ou se nós não tivermos a percepção de termos a mesma estrutura que têm a Rússia, Israel, a França e Itália, essa troca de informações servirá mais a eles do que a nós, com certeza.

Era só isso que eu queria dizer, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Protógenes.

O Deputado Azeredo pediu para fazer mais a última pergunta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sra. Presidenta, uma das ameaças mais recentes que nós temos é a questão cibernética, são as ameaças que vêm pelos computadores.

Eu estive na ABIN há algum tempo e existia toda uma demanda de que nós tivéssemos uma estrutura melhor para enfrentar essa questão. Há pouco tempo, aqui, ainda, nós continuamos... Eu sou o Relator de um projeto dos crimes cibernéticos, e não conseguimos aprovar finalmente. Já está aprovado na Câmara, lá no Senado, voltou para a Câmara e não termina. E preocupa-me muito, porque nós temos visto aí exemplos seguidos de problemas nessa área. Ou é uma simples brincadeira, uma simples molecagem às vezes para poder mostrar a presença, ou é, na verdade, uma ação efetiva de roubo de senha, de roubo de recursos e de busca de informações de maneira também ilegal.

Quer dizer, nós vamos ter grandes eventos internacionais aqui, mas nós vamos enfrentar de maneira um pouco amadora essa questão da ameaça cibernética? Ela não é uma conversa fiada; é uma coisa que já aconteceu na antiga União Soviética. Já tivemos problema na Estônia, com a interferência russa na Estônia, onde foram colocados os computadores fora do ar durante dois dias. Aqui,



no Brasil, já tivemos invasões em *sites* oficiais. Preocupa-me que ainda tenhamos um pouco essa coisa meio descoberta.

Em recente reunião realizada aqui, uma funcionária do Ministério da Justiça me perguntou: “*Mas por que você quer aprovar crimes, artigos do Código Penal Militar? Nós não temos terrorismo no Brasil?*”? Eu só olhei para ela e disse falei: “*Está bem*”. Felizmente, não tivemos até hoje, mas até quando? Por causa disso não vamos ter a legislação que preveja esse problema?.

Então, essa questão eu queria deixar para ABIN, como a ABIN está se preparando?

Evidentemente que não é só com a legislação. A legislação é um item, os outros itens são o preparo das pessoas e os instrumentos tecnológicos necessários para enfrentar uma ameaça que existe sim e que é uma nova ameaça no mundo todo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Vamos ouvir então o Doutor Luiz Alberto, da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN. Foi-me pedida para depois uma tolerância de 2 minutos pelos Drs. Denílson Feitoza e Ronaldo Carmona.

Vou, depois da fala do representante da ABIN, passar 2 minutos para eles fazerem um comentário rápido e, então, vamos encerrar a nossa audiência pública.

Eu estou concedendo a palavra porque acho de extrema importância o debate. E, como o Congresso está atrasado na discussão — desde 2009 não faz esse debate na Casa —, acho que aqui tem uma demanda reprimida de certa forma das informações. Por isso também quero que virem rotina esses eventos aqui e na Comissão Mista, para que nós possamos fazer todo esse debate acerca da inteligência, dos trabalhos de inteligência do nosso País, e o Congresso possa acompanhar, porque é exatamente a sua função.

Com a palavra o representante da ABIN.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY - Muito obrigado, Deputada.

Deputada, V.Exa. me apresentou duas questões e mais essa agora do Deputado. Eu quero só lembrar que sou o Diretor de Contraterrorismo da ABIN. Há cerca de 2 meses eu estou na função. Antes passei 4 anos como Diretor de Inteligência Externa.



Há algumas perguntas que, talvez pela profundidade exigida, eu não tenha a resposta. Mas, como nós trabalhamos na agência já há algum tempinho, nós podemos pelo menos encaminhar algum tipo de resposta.

A primeira é sobre essa questão da terceirização em áreas importantes de inteligência. Não, não existe. Se os rumores que têm chegado à senhora é no sentido de que nós temos uma segurança física terceirizada, isso é fato. Essa foi uma decisão tomada já há alguns anos, com base em uma série de fatores que eu não sei dizer quais são. De fato, a opção foi por isso. Mas só essa área é terceirizada dentro da Agência.

A segunda questão se refere às maletas. A exemplo do que o Delegado Wellington mencionou, a ABIN trabalha estritamente dentro do ordenamento jurídico nacional existente. Então, infelizmente — eu quero ressaltar que o infelizmente é por minha conta —, infelizmente, nós não temos maleta, porque a legislação não suporta, não admite que o órgão de inteligência do Estado faça esse tipo de interceptação. Agora, é fácil, como o Deputado disse, adquirir maleta, seja no Brasil, seja no exterior. E também não é competência da ABIN fazer uma fiscalização em cima, eventualmente, de empresas privadas que adquirem e utilizam esse tipo de artefacto.

A última questão: o crime cibernético. Essa questão do crime cibernético efetivamente nos aflige bastante. Na área de grandes eventos, especialmente na Rio+20, a responsabilidade por essa questão ficou com as Forças Armadas. Mas nós nos ocupamos disso no âmbito do Governo Federal. Só para o senhor ter uma ideia, são, em média, 3 mil tentativas de ataque a sistemas de processamento de dados do Governo Federal diariamente. Então, é uma questão sobre a qual, efetivamente, tem que ter um debate mais profundo de como isso vai ser tratado. Por quê? Porque as boas experiências acabam esbarrando em competências institucionais não muito claramente definidas. Então, nós temos dispersas em vários órgãos ótimas experiências que ficam mitigadas. Talvez se elas fossem complementarmente coordenadas, o Brasil teria uma resposta, como Nação, como Estado brasileiro, sobre esse tipo de crime de uma forma muito mais efetiva.

Então, penso que esta é uma questão que mereceria um estudo mais profundo. Para não me alongar muito mais, é isso, Deputada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada. Agora, os 3 minutos de encerramento para o Dr. Denílson Feitoza.

O SR. DENÍLSON FEITOZA - Eu não estou aqui — os senhores já viram — para dourar a pílula. Então, vou responder de maneira objetiva. Estou feliz de ver o Deputado Eduardo Azeredo, das nossas Minas Gerais e de rever o Deputado Delegado Protógenes.

Respondendo objetivamente à pergunta da Deputada Perpétua Almeida e Deputado Eduardo Azeredo, essas maletas de interceptação telefônica estão pelo País afora! Toda hora chega alguém nas forças de segurança oferecendo, um estrangeiro geralmente, oferecendo uma maleta de interceptação. Nesse exato momento, pode ter uma maleta ali no banheiro, captando os nossos sinais aqui dentro. Isso porque nós temos um déficit de legislação, Deputado. Ou seja, é proibida — olhem a chave do negócio —, é proibida a interceptação, mas não é proibido ter a maleta. Nós podemos pegar alguém na ABIN, ou podemos pegar em alguma força de segurança, por improbidade administrativa. Mas é proibida a interceptação. O Brasil ainda não tratou como questão de Estado a produção e a posse desse tipo de coisa. A Dígitro produziu essa tecnologia Guardião. O Brasil tem que vencer esses medos do público/privado. Estados Unidos consideram empresas privadas como uma questão de Estado, quando aquilo envolve uma tecnologia sensível para o Brasil.

Então, essa tecnologia Guardião, que é uma das principais tecnologias que nós temos, muito respeitável, controlável, produzida pela Dígitro Tecnologia, lá de Florianópolis, nós, o Estado brasileiro, deveríamos tratar essa empresa como questão de Estado. E deveríamos colocar proteção do conhecimento lá. Nós temos que fazer igual aos Estados Unidos, que não deixam vender a tecnologia para qualquer lugar. Existe uma legislação sobre isso. Então, nós temos que ter uma legislação sobre esse tipo de tecnologia sensível. Ou seja, não se pode andar pelo Brasil livremente com uma maleta: *“Ó, eu não estou interceptando. Eu só tenho a maleta!”*.

Nós somos signatários de convenções internacionais, fazemos controle de produtos químicos, nucleares, radiológicos, biológicos, mas está faltando uma legislação nacional que faça o controle desse tipo de tecnologia no que diz respeito



à atividade de inteligência. O fato é esse. Enquanto houver esse ato, nós vamos continuar a ter estrangeiros transitando pelo Brasil e oferecendo maleta para as forças policiais. Essa que é a verdade.

Quanto à Polícia Federal, só uma observação. Eu senti a delicadeza do Dr. Wellington ao colocar... É impressionante como a Polícia Federal conseguiu ir tão longe, desenvolver uma atividade de inteligência de excelência com tão pouca legislação. A chave que eles fizeram foi linkar, foi ligar isso ao Código de Processo Penal, vinculando boa parte do que eles fazem às decisões judiciais, o que indica que isso pode ser um caminho para algumas coisas que são feitas nas atividades de inteligência do Estado, como ocorre com Estados Unidos, Canadá, Argentina, Reino Unido, Países Baixos e Espanha. Talvez a sociedade adquira confiança nisso.

E só um alerta final. Eu conheço a análise de risco à qual o nosso colega se refere. Só que eu tenho uma outra concepção. Não é possível fazer uma análise de risco sem envolver as forças que vão efetivamente lidar com os riscos. Não é possível criarmos uma análise de risco e dizer: *“Ó, eu ofereci para você a sua análise de risco, se não vão ouvir você”*, as Forças de Estado, de Defesa Civil, Polícia Militar, Polícia Civil, transporte, trânsito, saúde e, por aí vai. Ou seja, a análise de risco, na minha concepção, sem depreciar, sem diminuir o trabalho feito pelo ABIN, só é possível, só é factível, racional, realizável, se ela envolve aquelas forças que efetivamente vão estar submetidas àquele risco, apesar de compreender e reconhecer isso.

Quanto à inteligência de defesa, o que eu quis dizer é: uma coisa tão importante merecia mais do que uma portaria e um anexo I num decreto! É algo tão importante que precisava, no mínimo, de uma legislação ordinária para reconhecer a importância de algo como inteligência de defesa.

Conheço bem a legislação. Eu estou muito mais ligado às inteligências militares ou à Diretoria de inteligência da Polícia Federal, e à própria Agência Brasileira de Inteligência, especialmente ligada ao Diretor-Geral, do que eu estou deixando transparecer aqui. O que eu acho é que deveria haver um reconhecimento compatível com a importância que uma atividade de inteligência tem no Estado brasileiro.

Muito obrigado, Deputada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sra. Presidenta, só uma questão de ordem. Eu gostaria de saber se alguém da Mesa, tanto da Agência Brasileira de Inteligência quanto da própria Subchefia de Inteligência e Estratégia do Estado, Coronel Paulo Roberto, poderia me dizer em poucas palavras se hoje o Sistema Brasileiro de Inteligência, o SISBIN, funciona para atender os desafios que nós temos hoje ou, se não funciona, o que falta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - O.k.. Vamos passar, então, a palavra ao Sr. Ronaldo Carmona, para que ele possa usar os seus 3 minutos finais. Depois, retornaremos à ABIN.

O SR. RONALDO CARMONA - Eu gostaria de usar esses 3 minutos finais exatamente para me congratular com a Comissão Mista do Congresso Nacional e com a Comissão da Câmara dos Deputados, ambas presididas pela Deputada Perpétua Almeida, porque eu penso que este seminário — e eu tive a possibilidade de participar das duas sessões, uma assistindo e outra participando da Mesa —, eu penso que essa atividade, a despeito de ter sido realizada em apenas 1 dia, ela tem tudo para se tornar um marco, como o foram os dois eventos anteriores, realizados nos anos de 2002 e 2009. Isso porque, inclusive entrando na questão que o Deputado Delegado Protógenes levanta, acho que o conjunto dos debates que nós tivemos aqui no dia de hoje nos permitem identificar um conjunto de vulnerabilidades de que, muitas vezes, penso eu, muitos de nós não tínhamos conhecimento, a respeito da precariedade do nosso sistema de inteligência. Ou seja, nós temos uma precariedade crônica que foi exposta aqui ao longo de diversas falas, tanto do ponto de vista da capacidade de inteligência do Brasil para enfrentar a sua nova posição estratégica no mundo, quanto nós temos — isso é de conhecimento amplo — a precariedade de meios, do ponto de vista das nossas Forças Armadas, para gerar capacidade de dissuasão em relação a ameaças à nossa soberania e integridade nacional.

Então, penso que a atividade de hoje tem tudo para ser um marco no sentido da tomada de consciência por parte não apenas de atores do Estado, mas de Parlamentares, de membros da academia e da sociedade civil, sobre a importância de ajustarmos a função dos serviços de inteligência aos grandes objetivos



estratégicos nacionais, por um lado, e, por outro, da necessidade de nós robustecermos não apenas o nosso serviço de inteligência, mas também os nossos meios de dissuasão em relação às ameaças que se apresentam ao Brasil, que passam a desempenhar um novo papel no cenário internacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada. Vamos para as considerações finais e a resposta do nosso Diretor da ABIN.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY - Muito obrigado, Deputada. Eu já falei um pouco sobre isso, mas quero lhes dizer o seguinte: há trinta e poucos anos, eu via um sistema funcionando praticamente nos copos e empadas, ou seja, só no alto nível. Quando baixava para a ponta, as dificuldades, as desconfianças, a falta de capacidade das organizações muitas vezes eram tão grande, que era praticamente impossível esse tipo de iniciativa prosperar. Mas já disse aqui para essa plateia que, felizmente, nós estamos construindo um ativo novo. E esse ativo novo começou a ser construído “recentissimamente”, se esse termo existe no nosso vocabulário, a partir de uma iniciativa da nossa Presidente no ano passado, quando determinou que nós fizéssemos, construíssemos a Operação Ágata. Nós, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa, principalmente na área de repressão, e a ABIN, coordenando a atividade de inteligência. E nós começamos a aprender que o jogo de soma zero é o jogo que interessa para todo mundo. Nós todos vamos colocar as nossas informações no cesto e vamos lá, com todas essas informações dentro do mesmo cesto, cada um se apropriar daquilo que for de interesse seu, para as suas atribuições institucionais.

E começamos a ver que sem colocar nada no nosso colete e colocando tudo ali dentro do cesto, a coisa começou a funcionar melhor para todo o mundo. Ou seja, começamos a ver que até podíamos compartilhar mais e melhor do que achávamos que podíamos. E ninguém tinha a primazia de levar nada para o nosso chefe. O nosso patrão é o mesmo! Quem paga o nosso salário é a mesma fonte! Então, nós não podemos nos dar ao luxo, com os pouquíssimos recursos que temos e com as amplas dificuldades que nós temos em todos os níveis, de aproveitar esse ativo, que é a soma dos mosaicos individuais em proveito de todo o mundo.

Então, eu quero lhes dizer, com felicidade, que estamos longe do éden ainda, estamos longe do paraíso, mas começamos a caminhar, e eu penso que numa



direção que quanto mais todos virmos que vai ser boa para todo o mundo, a chance de prosperar a iniciativa e a consolidação desse sistema aumenta bastante a cada ano. Este ano continuamos com a iniciativa, estamos abrindo esse tipo de ação para outras áreas, com outros Ministérios. E o mais importante: essa consolidação de um sistema é sem que haja agora uma determinação presidencial. O esforço do nosso Ministro nesse sentido tem sido incansável. A cada semana tem ido a cada um dos Estados desta Federação levando a ideia, consolidando, ampliando a necessidade de integração e fortalecendo essa ideia que, já germinada, começa a prosperar com bastante força.

Então, penso que nós estamos num momento muito rico e não podemos perder essa oportunidade para aprofundar efetivamente e deixar de lado as desconfianças históricas, as dificuldades, os embustes que nós mesmos, em determinado momento, colocávamos no sentido de que não podíamos ampliar a cooperação. Na verdade porque não tínhamos condição e tínhamos talvez até vergonha de colocar o mínimo dentro do cesto, mas o mínimo faz diferença dentro desse cesto, quando a atividade é a de inteligência.

Então, quero lhes dar esse testemunho, porque eu tenho participado intensivamente dessa experiência nesses últimos 2 anos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Estão aqui os nossos palestrantes, e eu lembrava há pouco que o Congresso Nacional já foi capaz de produzir uma legislação sobre porte de arma, inclusive a condução de armas em veículos e tudo mais. Já foi capaz também de produzir uma legislação sobre a proibição também de bebidas alcoólicas em transportes. E me preocupa essa lacuna na legislação sobre a inteligência nacional. Preocupa-me muito, na minha opinião, a vulnerabilidade da sociedade em questões como escutas ilegais. E me preocupei aqui — não sei se foi uma estratégia da Polícia Federal e da própria ABIN — com as respostas com relação a essas malas de escutas ilegais espalhadas pelo Brasil afora, que nós sabemos que há.

Acho que se fazem necessárias outras reuniões como esta, talvez mais reservadas, para que a Comissão possa trabalhar e acompanhar melhor e desenvolver a sua função de acompanhar as ações de inteligência no Congresso.



Quero dizer aos senhores que estamos produzindo um caderno sobre o debate nessas duas audiências públicas. Vamos produzir tudo que aqui foi dito pelos nossos expositores, pelos Parlamentares que fizeram perguntas.

Ainda quero dizer o seguinte: na minha opinião, isso daqui é apenas um início de uma retomada, de um debate que o Brasil, a partir dos seus representantes do Congresso Nacional, precisa fazer com mais assiduidade. Nós precisamos ter uma política de inteligência de Estado, para que seja cumprida por qualquer Governo que estiver à frente da Presidência da República. Nós precisamos de um Brasil que, se queremos grande, forte, soberano, necessita, de certa forma, dar mais atenção ao serviço de inteligência nacional.

Quero dizer aos colegas que, mesmo a partir da primeira semana de maio, repassando os trabalhos da Presidência desta Comissão — e fiquei com essa função menos de 2 meses — ao Presidente Collor, vou insistir nessa discussão, para que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional — CCAI continue cumprindo com a sua obrigação de fiscalizar e acompanhar as ações de inteligência no Brasil. É importante para o País, é importante para os cidadãos. E vamos tentar hoje, já numa sessão do Congresso Nacional, aprovar o Regimento Interno desta Comissão, que funciona provisoriamente. E ela precisa funcionar. Um país ou um congresso que não leva em consideração e que não dê importância ao serviço de inteligência está cometendo, em minha opinião, falhas gravíssimas.

Encerro esta sessão de audiência pública agradecendo a presença aos nossos palestrantes, às senhoras e aos senhores convidados e aos Deputados Federais aqui presentes.

Muito obrigada.